

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GABRIEL DO AMARAL CASTILHO DE SOUZA

Geografia, Fome e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Uma discussão pautada na obra de Josué de Castro e na PNAD 2004-2009

SÃO PAULO

2015

GABRIEL DO AMARAL CASTILHO DE SOUZA

Geografia, Fome e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): uma discussão
pautada na obra de Josué de Castro e na PNAD 2004-2009.

*Geography, Hunger and Food and Nutritional Security (SAN): a discussion
based on Josué de Castro's works and PNAD 2004-2009.*

Monografia apresentada ao
Departamento de Geografia da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter
Heidemann

SÃO PAULO

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Dr. Benedito Ezequiel Castilho de Souza, meu pai, pelo seu apoio e seus “momentos pai”, importantes tanto para meu desenvolvimento acadêmico quanto pessoal.

Agradeço a minha mãe, Dejanira Pinto do Amaral. Seu incondicional amor e suporte foram imprescindíveis, certamente sempre serão. O mesmo digo a minha querida irmã, Laura do Amaral Castilho de Souza, e ao restante da minha família, grande e calorosa.

Agradeço ao Dom Pancho e a Dona Rosana, pessoas que me abraçaram, tratando-me como filho. Muito obrigado.

Agradeço especialmente a Camila Ochoa, minha amorosa e aguerrida namorada. Não teria conseguido sem sua ajuda, espero que saiba disso.

Agradeço ao Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann pela orientação e, sobretudo, pelo zelo e paciência que teve comigo ao longo de todo o desenvolvimento desta monografia. Desejo que possa aproveitar intensamente sua merecida aposentadoria agora que está finalmente livre de mim.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Fábio Betioli Contel por aceitar o convite para avaliar meu trabalho tão prontamente, assim como ao José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, cuja dissertação me serviu como referência e fonte de inspiração.

RESUMO

Abordam-se, nesta monografia, as considerações desenvolvidas por Josué de Castro ao longo de sua obra sobre a fome – essencialmente, os conceitos de fome individual, fome coletiva, fome endêmica, fome epidêmica, fome total, fome parcial ou oculta e áreas de fome – e a Geografia, enfatizando seu livro “Geografia da Fome”, originalmente publicado em 1946. Do mesmo modo, estão descritos e analisados o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) e os tipos de insegurança alimentar – leve, moderada ou grave – definidos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), fundamentos teóricos que possibilitaram a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) nos anos de 2004 e 2009 sobre a segurança alimentar brasileira. Realizou-se um levantamento bibliográfico dos principais livros de Josué de Castro, de autores que discorrem sobre o autor e analisam suas proposições sobre a fome, da publicação dos resultados da PNAD 2004-2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010 e de trabalhos que tratam da SAN e de sua importância na definição de políticas de combate à insegurança alimentar. Buscou-se demonstrar as aproximações e distanciamentos perceptíveis na comparação entre os escritos de Josué de Castro e os estudos que exploram o conceito de SAN no intuito de promover uma discussão sobre as possibilidades explicativas de ambas as concepções, assim como das possíveis limitações de suas abordagens, sobretudo, em relação à fome.

Palavras chave: fome; segurança alimentar e nutricional; Josué de Castro; PNAD 2004-2009.

ABSTRACT

The concepts of individual hunger, collective hunger, endemic hunger, epidemic hunger, total hunger, partial or hidden hunger and areas of hunger, developed by Josué de Castro throughout his works, especially in his book "Geography of Hunger" published in 1946, are presented and debated within this monograph. The same goes for his considerations about Geography. Also, the concept of food and nutritional security (SAN) and the types of food insecurity, mild, moderate or severe, which were defined by the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) – theoretical foundations of the Brazilian National Household Sample Survey (PNAD) 2004 and 2009 on Brazilian food security – are described and analysed. This effort was based on Josué de Castro's most influential books, as well as on other author's discussions and proposals about hunger and food and nutritional security. The Brazilian Institute of Geography and Statistics' (IBGE) 2010 publication of the results acquired by the PNAD 2004-2009 was also crucial. The study conducted seeks to demonstrate the proximities and estrangements noticeable when Josué de Castro's writings on hunger are compared to studies that explore the concept of SAN, in order to discuss the explanatory possibilities of both ideas, as for the possible limitations of both approaches, fundamentally, in relation to hunger.

Key words: hunger; food and nutritional security; Josué de Castro; PNAD 2004-2009.

LISTA DE SIGLAS

AMIEV.....	Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde
ASCOFAM.....	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
CID.....	Centro Internacional para o Desenvolvimento
CONSEA.....	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA.....	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO.....	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
IA.....	Insegurança Alimentar
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN.....	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSAN.....	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN.....	Segurança Alimentar e Nutricional
UNICAMP.....	Universidade Estadual de Campinas
USDA.....	<i>United States Department of Agriculture</i>

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Carências por área alimentar.....	19
Imagem 2. Áreas alimentares dispostas no livro “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”	20
Imagem 3. Áreas alimentares do Brasil e suas classificações.....	22
Imagem 4. Áreas compreendidas pela PNAD em 1967 (esquerda) e em 2004-2009 (direita).....	27
Imagem 5. Áreas de fome em 2004 – Unidades da Federação que apresentam mais de metade dos domicílios investigados pela PNAD em algum nível de insegurança alimentar.....	48
Imagem 6. Áreas de fome em 2009 – Unidades da Federação que apresentam mais de metade dos domicílios investigados pela PNAD em algum nível de insegurança alimentar.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Situações alimentares e suas descrições.....	32
Tabela 2. Questionário utilizado na PNAD 2004-2009.....	35
Tabela 3. Sistema de pontuação aplicado pela PNAD 2004-2009.....	36
Tabela 4. Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil 2004/2009.....	51
Tabela 5. Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões – 2004/2009.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de domicílios particulares por situação de segurança alimentar existente no domicílio , segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões – 2004/2009.....	53
Gráfico 2. Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação - 2004/2009.....	54

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE IMAGENS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. JOSUÉ DE CASTRO, A GEOGRAFIA E A FOME.....	5
2.1. Quem foi Josué de Castro?.....	5
2.2. Por que a Geografia? Por que uma Geografia da Fome?.....	8
2.3. A fome segundo Josué de Castro.....	16
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PNAD 2004-2009.....	26
3.1. O que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).....	26
3.2. A noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil.....	28
3.3. A PNAD 2004-2009 e sua base conceitual.....	30
4. DISCUTINDO A FOME E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Os esforços de Josué de Castro em sua incansável pesquisa em busca de uma compreensão aprofundada do problema da alimentação, sobretudo, da fome, visava, fundamentalmente, fornecer subsídios teóricos e empíricos à luta que se dispunha a promover contra a continuidade das manifestações coletivas em diferentes intensidades de carências alimentares. É possível afirmar com segurança que a erradicação da fome era seu objetivo final e, para isso, debruçou-se sobre a questão, desenvolvendo uma sólida base teórica em que suas proposições poderiam ser estabelecidas.

Desse modo, o médico e geógrafo pernambucano formulou os conceitos de fome parcial, fome total, fome individual, fome coletiva, fome endêmica, fome epidêmica, relacionando-os as características culturais, sociais, biológicas e históricas que contribuem ao entendimento das carências alimentares apresentadas pelos diversos grupos humanos em suas específicas áreas alimentares, aliando fatores naturais e sociais no diagnóstico de suas causas.

Com a mesma intensidade com que elevou a discussão da fome no Brasil e no mundo, Josué também exaltou a imprescindibilidade da incorporação dessa discussão pela ciência em que acreditava ser possível a realização de uma análise com ênfase na relação entre seus diversos aspectos: a Geografia. Seu livro “Geografia da Fome”, originalmente publicado em 1946, consagrou seu posicionamento, assim como suas considerações e proposições sobre a fome brasileira. Josué de Castro deve permanecer em pauta e seu tributo à Geografia deve ser ressaltado e estudado.

No primeiro capítulo de seu livro “Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro”, Rosana Magalhães (1997) afirma:

Inicialmente, cabe enfatizar que são poucos os trabalhos que tomam o pensamento de Josué de Castro como objeto de reflexão. No Brasil, embora na maioria dos estudos a respeito dos processos de consolidação de políticas de alimentação e nutrição, bem como do campo da ciência da nutrição, esteja presente a referência ao autor, pode-se dizer que são, ainda, tímidos os esforços de sistematização da sua obra (MAGALHÃES, 1997, p. 13).

Este trabalho individual de graduação em Geografia busca contribuir com o rompimento da timidez sobre a qual discorre a autora e, para isso, é de vital importância que se promovam discussões sistemáticas sobre a base conceitual apresentada e desenvolvida ao longo da obra de Josué de Castro. Existem, contudo, outras abordagens sobre a questão alimentar brasileira e arcabouços conceituais que podem viabilizar um debate intrigante e academicamente enriquecedor.

Para que a temática desta monografia não ficasse restrita às considerações do médico e geógrafo pernambucano sobre a alimentação brasileira e o que entendia enquanto fenômeno da fome, conforme as possibilidades diversas de manifestação do mesmo, julgou-se necessário coloca-las lado a lado com outros conceitos em que um diálogo pudesse ser promovido.

Efetivamente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) demonstrou, ao longo dos últimos vinte e cinco anos no Brasil, possuir grande relevância no debate sobre a alimentação, ganhando força e complexidade teórica ao passo que sua aplicação foi ampliada em diversas pesquisas e políticas públicas. Nos anos de 2004 e 2009, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa em âmbito nacional, gerando um levantamento importante de informações acerca da alimentação brasileira na primeira década do século XXI. Para tal, o IBGE lançou mão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e baseou essa ferramenta empírica nos conceitos de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave desenvolvidos pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que derivam, por sua vez, do conceito de segurança alimentar e nutricional. Os resultados e exposições sobre a pesquisa, seu embasamento conceitual e metodologia, foram divulgados em 2010 pelo IBGE.

Observa-se, desse modo, duas diferentes abordagens sobre a questão alimentar no Brasil presentes em duas publicações que possuem entre si um espaçamento temporal de 64 anos. Apesar da disparidade, ambos os estudos possuem um caráter revelador e melhor compreendê-los tornou-se o objetivo

deste trabalho, no intuito de lhes oferecer continuidade e amplitude. Realizar uma contribuição à compreensão das proposições realizadas por Josué de Castro ao longo de sua obra, sobretudo àquelas expressas no livro “Geografia da Fome” é, basicamente, a finalidade geral desta pesquisa. Aliada a tal finalidade está também o melhor entendimento da segurança alimentar e nutricional e, por conseguinte, de sua utilização.

O método aplicado nesta monografia parte de uma revisão bibliográfica dos principais livros de Josué de Castro, buscando um contato direto com seus escritos para a distinção de suas principais considerações e proposições sobre a alimentação brasileira e sobre a fome. Posteriormente, buscou-se o aprofundamento de tais considerações e proposições por meio da revisão bibliográfica de autores que se debruçaram sobre sua obra, absorvendo suas interpretações e apontamentos. O mesmo foi realizado em relação à PNAD 2004-2009. A leitura da publicação do IBGE possibilitou o contato direto com os conceitos utilizados no estudo. Para melhor compreendê-los, buscou-se enriquecer a análise por meio de autores que trabalham com o conceito de segurança alimentar e nutricional. Os dados e informações apresentados foram obtidos secundariamente, por meio da publicação do IBGE.

A sistematização da revisão bibliográfica geral realizada e a apresentação dos dados secundários serviram de arcabouço para a articulação da discussão promovida, visando oferecer soluções viáveis para as seguintes questões:

- Seria possível realizar uma análise das noções, conceitos e considerações de Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome”, publicado originalmente em 1946, relacionando-as com aquelas publicadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em “Segurança Alimentar 2004/2009”?
- Como a análise de obras tão distintas poderia auxiliar na continuidade dos debates geográficos sobre a alimentação brasileira, principalmente, sobre a fome?

Desse modo, esta monografia foi dividida em seis partes:

- A primeira parte, a introdução, busca esclarecer o objeto de análise, os objetivos vislumbrados pela mesma, a metodologia aplicada e os problemas que movem a pesquisa;
- Na segunda parte, intitulada “Josué de Castro, a Geografia e a Fome”, estão apresentados os conceitos formulados por Josué de Castro a partir da noção que o autor detinha sobre a fome, assim como algumas considerações de outros autores sobre sua obra. A vida de Josué enquanto político e pesquisador encontra-se brevemente retratada e sua escolha pela Geografia enquanto ciência, cuja metodologia lhe permitia melhor entender a fome, também foi abordada.
- A terceira parte, “Segurança Alimentar e Nutricional e a PNAD 2004-2009”, foi formulada com a intenção de explicar o que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), quais os seus fundamentos, o porquê de sua existência e como é desenvolvida. Elucidando especificamente o tema abordado em 2004 e 2009, a segurança alimentar, encontra-se uma exposição sobre o conceito geral de SAN e a base conceitual proposta pela EBIA, aplicada pelo IBGE.
- Na quarta parte encontra-se o desenvolvimento de uma discussão pautada na obra de Josué de Castro e na PNAD 2004-2009. Como a temática geral de ambas as abordagens vislumbram as carências nutricionais brasileiras, apesar na diferença temporal e conceitual que as separa, é necessário que os estudos sejam postos lado a lado para que proximidades e disparidades surjam e possam ser devidamente analisados, de modo que as questões levantadas anteriormente encontrem soluções.
- A quinta parte trata das observações finais sobre a pesquisa promovida e apresentada por meio desta monografia.
- A sexta parte contém a bibliografia utilizada, sobre a qual foram fundamentados todos os esforços acadêmicos ao longo do preparo, desenvolvimento e exposição do estudo.

2. JOSUÉ DE CASTRO, A GEOGRAFIA E A FOME

2.1 Quem foi Josué de Castro?

Josué Apolônio de Castro nasceu na capital do estado de Pernambuco, Recife, no dia 5 de setembro de 1908 e faleceu no dia 24 de setembro de 1973, em Paris (LINHARES, 2007). Sua atividade acadêmica foi extensa: formou-se médico pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil em 1929 e em 1932 tornou-se livre docente de fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife; foi professor catedrático de antropologia da Universidade do Distrito Federal de 1935 a 1938 e professor catedrático de geografia humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil de 1940 a 1964; consagrou-se professor *honoris causa* da Universidade de Santo Domingos (República Dominicana), da Universidade de São Marcos (Lima) e da Universidade de Engenharia (Lima), assim como professor estrangeiro associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes da Universidade de Paris de 1968 a 1973; escreveu diversos artigos e livros, dos quais os mais conhecidos são Geopolítica da Fome (1951) e Geografia da Fome (1946). Este, por sua vez, é o livro base em que foi inspirada esta monografia.

O mesmo pode ser dito da vida política, uma vez que sua atuação não ficou restrita ao território brasileiro – exerceu as funções de presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação de 1942 a 1944; de delegado do Brasil na Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas; de deputado federal pelo estado de Pernambuco de 1956 a 1962; e de embaixador brasileiro na ONU de 1962 a 1964 – atingindo também o domínio internacional – foi membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO; presidente do Conselho da FAO de 1952 a 1956; presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome da ONU em 1960; fundador e presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID) em Paris, de 1965 a 1973,

e presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde (AMIEV), em 1970.

Jean Ziegler (2013) destaca a importância do autor ao mencionar as indicações e premiações por ele recebidas:

Por três vezes, Castro foi indicado para receber o Prêmio Nobel: uma para o Nobel de medicina, duas para o Nobel da Paz. Em plena Guerra Fria, recebeu, em Washington, o Prêmio Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas e, em Moscou, o Prêmio Internacional da Paz. Em 1957, recebeu a Grande Medalha da Cidade de Paris, concedidas antes a Pasteur e a Einstein (ZIEGLER, 2013, p. 120).

Apesar de sua gigantesca contribuição, “em 1964, aos 56 anos, o então embaixador do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas, em Genebra, Josué de Castro, teve seus direitos políticos cassados”, aponta Anna Maria Castro, sua filha e colega (2003, p. 107). Declarado inimigo da pátria pelo regime militar estabelecido no Brasil desde o golpe ocorrido em abril do mesmo ano, Josué permaneceu em exílio, até sofrer uma parada cardíaca em seu apartamento na França em 1973 (ZIEGLER, 2013).

Não foram as circunstâncias de sua morte ou até mesmo os importantes cargos que ocupou ao longo de sua vida profissional, no entanto, os motivos pelos quais adquiriu grande notoriedade. Foram as suas observações notavelmente próximas ao seu objeto de estudo, suas ideias e proposições inovadoras, sua obra, fundamentalmente, sobretudo em relação ao combate à fome, sendo o extermínio da mesma sua maior ambição, os fatores que o impulsionaram, colocando-o em uma posição de prestígio mundial enquanto estudioso e político.

As pessoas que se preocupam com o tema fome e com sua superação não podem deixar de conhecer as obras de Josué. As organizações que lutam contra a questão da fome têm o pensador como referência fundamental (FERNANDES; GONÇALVES, 2007, p.9).

Em sua tese de doutorado, Rui Ribeiro de Campos (2004) faz questão de exprimir o caráter inovador da obra de Josué de Castro dentro do campo da Geografia.

Esta pesquisa se diferencia pelo fato de procurar provar que um autor, situado à margem da geografia oficial, era um geógrafo: e,

sendo, neste aspecto, um inovador desta ciência (CAMPOS, 2004, p. 315).

Ele também não procurou estabelecer paradigmas para a Geografia: partiu de um, que acreditava moderno, e com ele fez sua análise da alimentação. Se era o realizado pela maioria dos que o advogavam, é outra questão. A partir de certo momento, abandonou-o para, sem dizer ou saber, estar fazendo uma outra geografia, pois o entrave da visão anterior não o permitia continuar. [...] As exigências de sua luta o fizeram ser mais vasto, indo por campos tanto geográficos – embora não aceitos como tais – quanto por não geográficos. Sua visão de ciência era mais moderna do que a Geografia dominante no Brasil de sua época (CAMPOS, 2004, p. 341).

Em suas considerações finais, o autor continua a deliberar sobre a relevância de Josué de Castro para a inclusão da fome na discussão científica e política:

A fome, até a década de 1930, tratada de modo sentimental e literário no país, foi por Castro politizada. Se antes vista, somente como um fenômeno natural e explorado no domínio literário, o tema fome passou a ser considerado como social, tratado cientificamente – com todas as implicações –, por ele (CAMPOS, 2004, p. 375).

Para que se possa melhor compreender as características que o marcaram, acentuando sua importância, serão apresentados dois excertos de Manuel Correia de Andrade (2003). De acordo com o autor, Josué:

[...] não era um intelectual alienado e encerrado em uma torre de marfim; ao contrário, era um homem que juntava ao saber acadêmico o saber adquirido na observação empírica, na reflexão direta da realidade e na absorção da cultura popular [...] (ANDRADE, 2003, p. 74).

Poucos parágrafos antes dessa afirmação, afirma que:

Josué de Castro era ao mesmo tempo um homem de academia, um professor universitário, um homem que convivia com o povo e com os fatos e acontecimentos, um pesquisador e um estudioso preocupado com as transformações da sociedade; tinha também uma ação política, na época considerada de esquerda (ANDRADE, 2003, p. 74).

Seu grande reconhecimento acadêmico em âmbito internacional não foi suficiente para tornar sua obra, entretanto, conhecida pela maioria dos brasileiros.

O Josué de Castro universal, que transcendeu fronteiras e levou o mundo a reconhecer feridas, pagou um alto preço pela distância forçada do país natal. Sua obra ganhou o mundo e ele perdeu a luta contra a violência do desterro. Impossível ser mais local, sendo global, como o foi Josué, em todos os postos e lugares pelo qual passou. Entretanto, a notoriedade no exterior não se traduziu por aqui, no seu canto (SOARES, 2003. p.9).

A noção que expõe o condicionamento de sua notoriedade é corroborada pelas observações de Maria Yedda Leda Linhares (2007), ao afirmar que:

Mais do que no Brasil, a imprensa mundial rendeu uma sentida homenagem ao brasileiro e pernambucano que dedicou sua vida, sua inteligência inquieta e sua extraordinária capacidade de trabalho a denunciar a pobreza como criação dos sistemas sociais historicamente gerados e a alertar a opinião pública brasileira e do Terceiro Mundo contra as falácias das políticas de desenvolvimento econômico que enfatizavam o crescimento industrial e ignoravam a agricultura voltada para a produção de alimentos, bem como os angustiantes problemas do homem do campo – o agricultor expropriado da terra e de seus instrumentos de trabalho. O dilema do pão ou aço, a que aludia no final da década de 1950, e o aniquilamento progressivo dos recursos naturais, sem atentar para o equilíbrio ecológico, levariam não ao extermínio da pobreza e, sim, à ampliação da miséria e da desigualdade social. A atualidade de sua obra aí está, mais viva do que antes: o desnudamento, nos últimos anos, do mito da industrialização e da urbanização a qualquer preço (LINHARES, 2007, p. 25).

Tal equívoco deve ser solucionado. Manter Josué de Castro em pauta, assim como a fome, na Geografia, por meio da análise de suas proposições, é um dos exercícios centrais desta monografia, como será demonstrado ao longo das considerações desenvolvidas.

2.2 Por que a Geografia? Por que uma Geografia da Fome?

Ao longo de sua obra, Josué de Castro buscou ressaltar a grande importância que atribuía ao método que utilizaria em seu ímpeto pela compreensão do problema da alimentação, tanto dentro quanto fora do Brasil, e, fundamentalmente, do que considerava o fenômeno da fome, em suas mais singulares e perniciosas manifestações, extensões e causas. Tal método, como explica, foi o método geográfico.

Ao discorrer sobre as dificuldades e devidos cuidados para o estabelecimento de uma ciência da alimentação em “A alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana” (1937), o autor aponta o que considerava ser o empecilho inicial para o estudo da alimentação; fator que leva ao imbricamento de considerações oriundas de diferentes áreas do conhecimento, como a Fisiologia, a Sociologia, a Antropologia, a Medicina, conforme descreve Josué.

Afirma que “o primeiro obstáculo para se abordar cientificamente o estudo da alimentação é a vastidão do problema, a multiplicidade de perspectivas em que ele se pode apresentar” (CASTRO, 1937, p. 22), alertando, em seguida, que somente um sistema de cooperação entre as diversas ciências que se dedicam ao tema, em suas mais diversas especializações, poderia produzir e apresentar propostas para a solução do problema da alimentação.

É que não é possível a um só indivíduo apreender todas as faces do fenômeno com a mesma acuidade, com a mesma agudeza dos sentidos que a especialização científica faz adquirir num determinado setor (CASTRO, 1937, p. 23).

A síntese exigida para o desenvolvimento de soluções que envolvam tais “conhecimentos verdadeiramente enciclopédicos” (CASTRO, 1937, p. 23), poderia ser promovida por meio da aplicação de princípios metodológicos advindos da Geografia. “A Geografia aparece para Josué de Castro como a ciência que poderia unir o natural e o social, imprescindíveis para o entendimento da alimentação”, explica Ribeiro Júnior (2008, p. 38).

A fome na obra de Josué de Castro é, portanto, um tema que exige o diálogo e, desta forma, defronta-se com a profunda complexidade que envolve a articulação dos diferentes campos do saber. A utilização pelo autor do instrumental teórico-metodológico da geografia espelha a preocupação de buscar uma “região” do conhecimento onde esta articulação encontra-se problematizada (MAGALHÃES, 1997, p. 80).

Josué ressalta ainda mais o valor do instrumental teórico-metodológico que somente a Geografia poderia lhe oferecer atribuindo a sua desconsideração nos estudos da alimentação parte da responsabilidade que subsiste na perenidade aparente das manifestações carenciais. A inexistência de estudos sistemáticos em que o potencial analítico derivado do saber geográfico apresenta-se enquanto um impeditivo para a agregação das diversas impressões promovidas pelas ciências dispostas a compreender a questão alimentar, e, por conseguinte, a fome.

Um dos motivos porque o problema da alimentação esteja ainda por ser solucionado, em grande parte do mundo, decorre, ao nosso ver, da falta de aplicação deste método ao seu estudo (CASTRO, 1937, p. 25).

Considerando tal aspecto, fundamentalmente acadêmico, a atuação de Josué de Castro e sua contribuição científica, sobretudo à Geografia, Milton Santos afirma ter sido o autor “um grande pioneiro dentro de sua disciplina de

eleição, a Geografia Humana” (SANTOS, 2012, p. 29) e expõe sua posição dentro de tal disciplina enquanto a de “um autêntico possibilista” (SANTOS, 2012, p. 29), ao passo que buscou ampliar a explicação puramente naturalista, de cunho climático, para a questão da fome no Nordeste brasileiro, noção que predominava na primeira metade do século passado, oferecendo um contraponto que revela a presença de aspectos sociais, econômicos e culturais a tal discussão.

Tal contraponto em sua dimensão mais sintética encontra-se exposto a seguir:

A ideia que defendeu com mais ênfase foi a de que o Brasil não era o paraíso tropical que muitos autores consideravam; ao contrário, era um purgatório onde vivia uma população mal-alimentada ou esfomeada. Chamava a atenção ainda para o fato de que em algumas regiões a fome resultava da influência negativa das condições naturais [...] e em outras ela era provocada por fatores sociais [...]. Em algumas áreas poderia haver, eventualmente, a confluência dos fatores naturais, limitativos, e dos sociais [...] (ANDRADE, 2003, p. 75).

A confluência dos fatores naturais e sociais fundamentou-se enquanto elemento primordial de viabilização do entendimento do que denominava fenômeno da fome, de um modo que viria a transcender a observação superficial promovida até então. Conforme assinala o próprio autor:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje a terra da fome (CASTRO, 2012, p. 32).

Somente os aspectos naturais de sua manifestação não seriam suficientes em termos explicativos para Josué de Castro. Essa noção não surgiu espontaneamente, no entanto, tendo suas origens atreladas às profundas reflexões que estabeleceu sobre a incidência da fome sobre os povos e as possíveis atividades que poderiam solucionar a questão, ultrapassando os dois grandes obstáculos impostos naquele momento histórico (CASTRO, 2012).

O primeiro obstáculo apontado pelo autor deriva da carga moral presente no tópico de sua escolha. A seguinte advertência está presente no prefácio escrito por Josué à primeira edição de “Geografia da Fome”; advertência que

se alonga, tornando-se uma série de questionamentos que revelam a natureza da carga mencionada.

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, mesmo a observação, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e de se publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações (CASTRO, 2012, p, 11).

Josué desenvolve sua argumentação em seguida:

Quais são as causas ocultas desta verdadeira conspiração do silêncio em torno da fome? Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. [...] Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 2012, p. 12).

Desse modo, Josué explica o impeditivo moral atrelado ao tema da fome e o pouco interesse acadêmico e político em melhor compreender os mecanismos que regulam suas manifestações, culminando em uma precária difusão de informações e publicação de estudos dispostos a dissecar tal objeto (CASTRO, 2012).

O segundo grande obstáculo diz respeito ao fator econômico, ao desinteresse dos atores que comandam a economia mundial em revelar as reais causas da fome em suas mais diversas formas de ocorrência. Segundo seus próprios termos:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço deste interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos [...] e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 2012, p. 13).

Como um modo de enfrentar essas dificuldades, transpassando o preconceito moral que embute à fome um caráter indigno, fomentando um tabu, conforme repetitivamente assinala, assim como os interesses econômicos que corroboram a manutenção do silêncio opressor resultante, o autor

compreendeu um exercício multidisciplinar em seus esforços, visando entender os fundamentos da fome enquanto fenômeno coletivo, “como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (CASTRO, 2012, p. 16). Somente por meio de uma abordagem mais ampla acreditava ser capaz de produzir propostas significativas para suplantar os obstáculos mencionados. Não seria possível promover um conjunto de ações planejadas para solucionar a questão da fome em que se ausentasse um estudo precedente e aprofundado das múltiplas conexões que compõem a mesma. Até então somente visões unilaterais tomavam conta das publicações científicas, precárias, em seu olhar, em quantidade, mas também em profundidade e complexidade (CASTRO, 2012).

A escolha do método geográfico, como ele mesmo indica, foi fundamental para a união dos fenômenos de natureza social àqueles oriundos do meio em que a fome se manifesta. Josué acreditava que o tipo de alimentação de um grupo humano presente em um determinado lugar derivava de causas naturais e sociais, tornando imprescindível ao entendimento das características alimentares desse grupo a verificação das especificidades das relações entre homem e meio. Assim seria possível distinguir as falhas e defeitos presentes em seu âmago e “verificar até onde esses defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados” (CASTRO, 2012, p.17). Por meio dos fatores explicativos oriundos dos fundamentos biológicos observados seria capaz de explicar a fome enquanto fenômeno social, portanto, de manifestação coletiva. Noção que o levou a definir seu livro como um “ensaio de natureza ecológica” (CASTRO, 2012, p. 17).

O método ecológico, o tratamento globalizante que deu aos temas abordados, foi uma inovação em sua época. [...] os temas explosão demográfica e fome não se constituíam em objetos de estudos da Geografia dominante, por esta possuir um caráter positivista, estar ligada ao poder dominante e, estes temas, exigiam a dissecação da estrutura da sociedade, a exposição de suas mazelas (CAMPOS, 2004, p. 371).

Para justificar a afirmação anterior faz-se necessária uma explicação do que o autor acreditava compreender a Geografia, quais eram os fundamentos que orientariam a mesma dentro do universo científico e quais as

possibilidades explicativas que por ela lhe seriam oferecidas. Discussão que o autor desenvolve intimamente em sua obra, como um todo.

Diante dessa inquietação e para que não se perca o rigor apresentado em seu esforço para justificar a escolha pelo método geográfico como modo de suplantar a especialização dos estudos com os quais se confrontava, serão utilizados dois excertos, expostos a seguir.

Foi diante desta situação que resolvemos encarar o problema sob uma nova perspectiva, de um plano mais distante, donde se possa obter uma visão panorâmica de conjunto, visão onde alguns detalhes certamente se apagarão, mas na qual se destacarão, de maneira compreensiva, as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem nas manifestações do fenômeno. Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método quem a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentá-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica [...] (CASTRO, 2012, p. 16).

Não queremos dizer com isto que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema; mas, que, encarando esses diferentes aspectos, o faremos, sempre, orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da terra. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome. Por outras palavras, procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio (CASTRO, 2012, p. 16).

Segundo Rosana Magalhães (1997), Josué de Castro define um lugar central para a Geografia em seus estudos desde “Alimentação à Luz da Geografia Humana”. Segundo ela,

Neste trabalho, Josué de Castro enfatiza, como em momentos anteriores de sua obra, a multidisciplinaridade do estudo da alimentação, envolvendo fisiologistas, biólogos, higienistas, sociólogos e educadores. Dada esta perspectiva “enciclopédica” da ciência da nutrição e, portanto, a extrema dificuldade em coordenar as diversas faces do problema, o escritor propõe, dentro de um esforço de síntese, a utilização de um método único, capaz de superar a fragmentação da análise do campo (MAGALHÃES, 1997, p. 41).

Antônio Alfredo Teles de Carvalho (2007) explana o direcionamento de Josué de Castro ao abordar a utilização do que considerava os alicerces do

método geográfico: o princípio de extensão; o princípio da coordenação geográfica; e o princípio da causalidade (CARVALHO, 2007).

O princípio de extensão é evocado devido à necessidade expressa pelo autor de se delimitar o espriamento do fenômeno em pauta, tornando viável a constatação das áreas que apresentam indicativos de sua presença. Seguidamente, levanta o imperativo de se realizar uma análise que vise relacionar circunstâncias similares em lugares distintos, fator que aos seus olhos poderia expressar uma lei geral das manifestações da fome em âmbito mundial. Tal análise derivaria do princípio da coordenação geográfica. Semelhanças e diferenças, desse modo, poderiam ser observadas e discutidas, enriquecendo o entendimento que detinha da fome em si. Logo revela seu interesse pelo terceiro princípio que a Geografia poderia fornecer aos seus estudos, o princípio da causalidade. O fenômeno da fome, sua manifestação observada em diferentes lugares, a extensão e a intensidade que compreende poderiam ser explicados de modo causal (CARVALHO, 2007). Efeitos e causas estariam aliados e fundamentados pela capacidade de observação e descrição, por meio desse terceiro princípio que, segundo ele, “transformou a geografia de descritiva em explicativa” (CASTRO, 1937, p. 26).

Só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classifica-los, tendo em vista a sua localização, extensão, coordenação e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como fenômeno ligado, através de influências recíprocas à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho (CASTRO, 1937, p. 25-26).

É importante salientar que, em seu esforço para distinguir o método que aplicaria, Josué de Castro cita Frederich Ratzel, Karl Ritter, Vidal de La Blache e Alexander Von Humboldt, fato que demonstra o intenso interesse do autor pelos estudiosos que ajudaram a promover a Geografia enquanto ciência, sobretudo por Vidal de La Blache, a quem atribuía o caráter de orientador da Geografia Humana, por destacar a importância do homem e do meio e suas influências sobre o espaço geográfico. A Escola Francesa marcava presença em sua busca por orientação metodológica. O conceito de gênero de vida o auxiliou a entender e absorver em sua análise as diferentes circunstâncias

alimentares que observava ao passo que aprofundava seus estudos sobre o caso brasileiro (CARVALHO, 2007).

A escolha pela Geografia não é de maneira alguma fortuita. Josué vê na Geografia Humana de tradição francesa a possibilidade de estudar tanto os aspectos naturais, como os aspectos sociais da alimentação, necessários para um entendimento mais rico de suas características e de seus problemas (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 45).

Justamente em suas leituras de Vidal de La Blache, Josué deparou-se com o princípio de conexidade, incorporando-o ao seu método, permitindo com que estudasse “a alimentação, como um fator de evolução social, ao lado dos outros fatores aos quais ela está ligada, por conexão do meio, por influências mútuas” (CASTRO, 1937, p. 37).

Daí em diante, o estudo da ação do meio saiu do terreno das hipóteses obscuras para o campo claro das conexões, as inter-relações, conceitos hodiernos da moderna geografia, que deixou de ser a simples descrição da terra para ser a ciência da terra (CARVALHO, 2007, p. 77)

“A Geografia aparece para Josué de Castro como a ciência que poderia unir o natural e o social, imprescindíveis para o entendimento da alimentação”, afirma Jose Raimundo Sousa Ribeiro Júnior (2008, p. 38) ao discorrer sobre a necessidade expressa pelo escritor pernambucano por uma abordagem que pudesse ser desenvolvida interdisciplinarmente, promovendo uma síntese dos elementos que compõem essa temática em suas múltiplas faces.

Com este objetivo, julgamos que o único método eficaz de análise da questão, é o método geográfico. Não o método puramente descritivo da antiga geografia, velha como o mundo, mas o método da ciência geográfica que é nova, que é quase dos nossos dias (CASTRO, 1937, p. 24).

A geografia moderna definida em “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana” é, segundo o autor, “a ciência dos fenômenos físicos, biológicos e sociais, encarados em sua distribuição na superfície do globo, suas causas e relações recíprocas” (CASTRO, 1937, p. 27). Em tal livro, Josué atribui a ausência de soluções ao problema da alimentação à inexistência de estudos sistemáticos em que o método geográfico é aplicado. Segundo ele, “os interessados pela questão, são em geral, levados a estudar aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema” (CASTRO, 1937, p. 25).

Apesar da delimitação de seu método ter sido originalmente explanada no livro de 1937, em que Josué de Castro desenvolvia seus estudos sobre a questão da alimentação brasileira e não propriamente sobre o fenômeno da fome, tais foram os princípios que orientaram as considerações que realizou sobre a incidência do fenômeno da fome no Brasil em “A Geografia da Fome” e, seguidamente, no mundo em “Geopolítica da Fome” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008).

Contudo, é somente em 1937 que Josué de Castro fecha essa espécie de “série de estudos” sobre a alimentação. É neste ano que publica “A alimentação brasileira à luz da geografia humana”, livro essencial para a consolidação de seus estudos sobre a alimentação e que será uma das bases para a realização daquele que é considerado seu maior trabalho: “Geografia da Fome”. Este livro marca a consolidação de seu método de pesquisa (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 37).

2.3. A fome segundo Josué de Castro

A fome abarca um nível extremo de complexidade, o que torna sua caracterização um exercício deveras trabalhoso, em que mal-entendidos podem agir depreciativamente, restringindo o entendimento obtido no lugar de expandi-lo. Ribeiro Júnior (2008), explica, em seu esforço para abranger e debater as múltiplas concepções do conceito, que:

A dificuldade na formulação do conceito fome pode, em parte, ser explicada pela polissemia da palavra fome. Como, em nosso cotidiano, esta palavra é utilizada de diversas maneiras, ela adquire diversos significados, o que se traduz em uma dificuldade no debate e no entendimento sobre esse fenômeno. Por ser polissêmica, ao se configurar como um conceito a palavra fome admite diversas formulações (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 29).

Continua:

É necessário superar essa polissemia para avançar no debate, mas isso não significa que haja um único conceito de fome que possa ser considerado correto e verdadeiro. Entendemos que a superação da polissemia que esvazia o conceito de conteúdo só pode ser atingida através da interpretação crítica dos diferentes conceitos existentes, revelando não apenas seus conteúdos como suas intenções (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 29).

O interesse deste capítulo reside em delimitar a impressão de Josué de Castro sobre a fome, porém alguns aspectos de vital relevância para o prosseguimento das discussões sobre o tema serão apresentados, uma vez que desconsiderá-los seria negligenciar os esforços de Josué em impulsionar tais debates, colocando a fome em evidência, elevando-a enquanto uma questão passível de análise geográfica.

Em seu prefácio ao livro “Geografia da Fome”, o autor sente-se suficientemente confiante para determinar de modo claro seu objeto de estudo. Afirma “acreditamos que já é tempo de precisar bem o nosso conceito de fome – conceito demasiado extenso e, portanto, suscetível de grandes confusões” (CASTRO, 2012, p. 18), pois transcende a fome individual, a alimentação em sua abordagem fisiológica ou os modos de alimentação presentes nos diferentes gêneros de vida em que se debruçavam os geógrafos franceses de forma essencialmente descritiva (CARVALHO, 2007). Segundo ele, na realidade o “objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas” (CASTRO, 2012, p. 18). Continua:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 2012, p. 18)

Ao discorrer sobre as considerações do autor em seu esforço para conceituar a fome, Maria Leidiana Mendes de Oliveira (2013) afirma:

Ele chamou de “Fome parcial” aquela responsável por deficiências específicas, e de “Fome global” a responsável por deficiências de todos os princípios alimentares, além de falar da “Fome coletiva e oculta”. A primeira atingia multidões de famintos, física e mentalmente destruídos pela quase absoluta inanição, enquanto a segunda constituía uma forma típica de fome fabricada pelo homem (OLIVEIRA, p. 33).

Ribeiro Júnior explica citando Josué de Castro que “uma alimentação para ser racional necessita ser suficiente, completa e harmônica” (CASTRO,

1959 apud RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 36)¹. A partir da noção de alimentação racional estipulada, carências viriam a fomentar os tipos diferentes de fome. A fome poderia manifestar-se ruidosa ou silenciosamente. No primeiro caso a identificação é imediata, porém, no segundo caso, o fenômeno pode manifestar-se sem o levantamento de suspeitas por períodos indeterminados.

Com essa conceituação Josué de Castro tem a intenção de revelar como o fenômeno da fome é muito mais frequente e devastador do que se imagina, pois atinge milhões de pessoas que mesmo comendo todos os dias passam fome. Trata-se, em outras palavras, de considerar não apenas aqueles que morrem de fome, como também aqueles que vivem dramaticamente com fome (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 40).

Em ambos os casos as deficiências fazem-se presentes nos grupos humanos em diferentes intensidades, estabelecendo uma relação íntima com o tipo de dieta característico das populações que a apresentam. Ao iniciar sua discussão do caso brasileiro, Josué de Castro reforça a importância de se compreender os padrões dietéticos regionais, uma vez que exprimem peculiares deficiências de nutrientes e afirma “numas regiões, os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem-se a subnutrição” (CASTRO, 2012, p. 34). Percebe em sua análise que apesar das múltiplas faces adotadas pela fome e pela subnutrição, assumindo distintas formas de acordo com a interconexão entre fatores naturais, sociais, culturais e históricos, a precariedade da alimentação do brasileiro deriva fundamentalmente de fatores socioculturais (CASTRO, 2012).

O autor ressalta veementemente a importância de se analisar a alimentação de acordo com a multiplicidade de aspectos que compõem as condições em que esta é fomentada. Os tipos alimentares específicos ocorrem segundo a confluência das mais singulares e diversas “categorias de recursos naturais e a predominância cultural de determinados grupos que entraram em formação de nossa etnia nas diferentes zonas” (CASTRO, 2012, p. 34); as circunstâncias peculiares “tinham que condicionar forçosamente uma diferenciação regional dos tipos de dieta” (CASTRO, 2012, p. 34).

¹ CASTRO, Josué de. Documentário do Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1959.

A preocupação que destinava ao entendimento das relações entre os aspectos humanos e naturais é central em sua obra.

Nos trabalhos de Josué de Castro a dieta básica de uma população é sempre entre o homem e o meio que ele ocupa. Em seus estudos sobre a alimentação brasileira ele sempre considerou os hábitos e tradições alimentares de cada uma das matrizes culturais (indígenas, africanos e portugueses) que formaram a população brasileira e suas diferentes dietas. Também insistia na necessidade de se considerar as características naturais do meio geográfico, pois elas influenciam diretamente as “possibilidades geográficas” de cada lugar e conseqüentemente nos recursos alimentares disponíveis (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 46).

No caso brasileiro, a diferenciação mencionada resultou em cinco áreas alimentares: Amazônica; Nordeste Açucareiro ou Área da Mata do Nordeste; Sertão Nordestino; Centro-Oeste; e Extremo Sul. Cada uma apresentava características típicas de dieta e, conseqüentemente, de deficiências nutritivas.

Imagem 1. Carências por área alimentar.

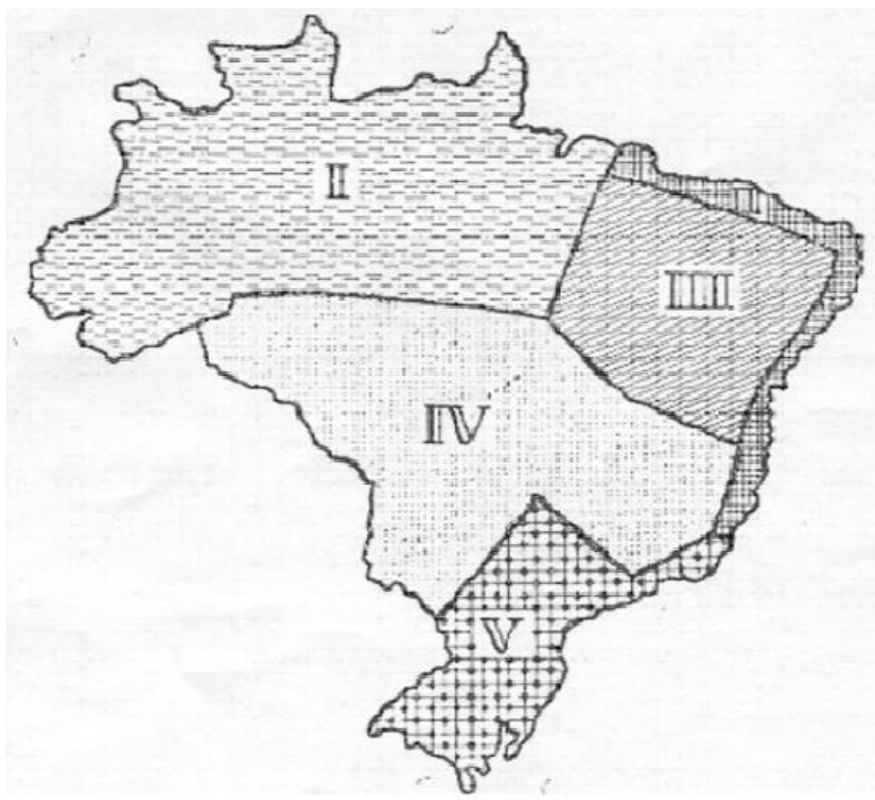


Ao discorrer sobre a especificidade que cada uma de tais áreas apresenta, diz:

[...] cada uma dela dispendo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus hábitos humanos refletindo, em muitas de suas características, tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante de seus tipos de dieta (CASTRO, 2012, p. 34)

As áreas alimentares brasileiras, resultado das especificidades apresentadas pela intimidade entre recursos naturais de cada meio e as relações socioculturais, cujos hábitos alimentares dos grupos que a formam tiveram sua gênese e desenvolvimento derivados de tal interação, foram descritas detalhadamente pelo autor em “Geografia da Fome”. Entretanto, é necessário frisar que a definição das áreas alimentares foi originalmente formulada em 1937, nove anos antes da publicação do livro em pauta.

Imagem 2. Áreas alimentares dispostas no livro “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”.



Fonte: CASTRO, Josué de. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p.148.

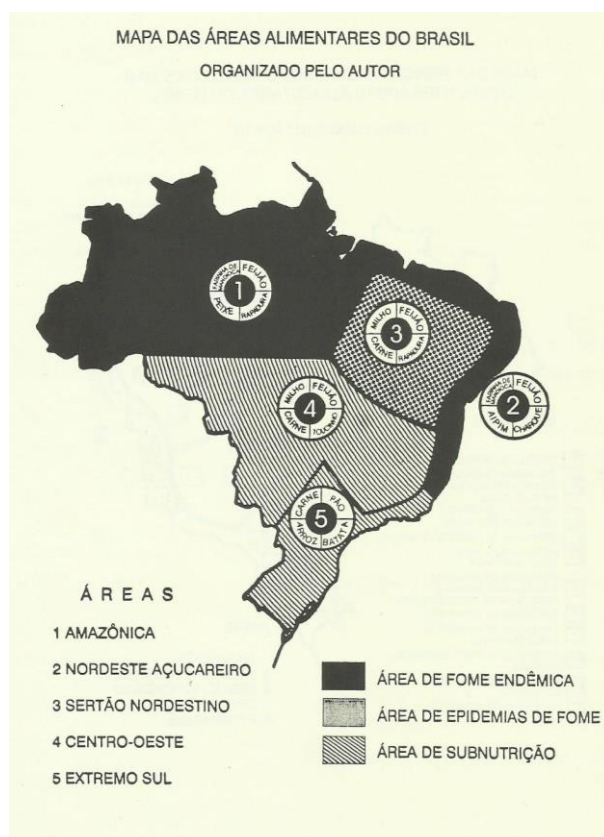
Fundamentando-se metodologicamente nos princípios geográficos de extensão, coordenação e causalidade, primordiais em seu julgamento para que pudesse expandir sua compreensão do problema, o autor debruçou-se sobre cada área, promovendo uma contribuição textual de riqueza incontestável.

Conforme aponta no último parágrafo de sua introdução, somente as áreas Amazônica, da Mata do Nordeste e do Sertão Nordestino ostentavam uma manifestação do fenômeno da fome “numa categoria de calamidade coletiva” (CASTRO, 2012, p. 36). Segundo ele, “nelas vivem populações que em grande maioria – quase diria na sua totalidade – exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis da fome coletiva” (CASTRO, 2012, p. 35).

A fome enquanto objeto primordial em que Josué de Castro se preocupava revela-se coletivamente e atinge as populações de modo crônico, assumindo um arranjo em que sua ação degradante atue permanentemente ou transitoriamente (CASTRO, 2012). A cronicidade é um aspecto marcante para a identificação do tipo de fome que aflige.

Avançando em suas considerações, as noções de fome endêmica e fome epidêmica são explanadas. A primeira trata de uma manifestação coletiva e crônica do fenômeno em que os grupos humanos expressam seus efeitos, independentemente das características dos mesmos, de forma perene. A segunda revela uma efemeridade; instaura-se e afeta determinada população intermitentemente. Josué de Castro, ao instruir a observação da fome nesses termos, explica sua intenção de debater o assunto em similaridade àqueles realizados dentro do âmbito epidemiológico, assim como o diabetes ou o câncer, elevando a temática além do tabu que julgava imperar sobre ela (CASTRO, 2012).

Imagem 3. Áreas alimentares do Brasil e suas classificações.



Fonte: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 37.

No entanto, uma ressalva importante é levantada por Ribeiro Júnior (2008) ao explicar que o aspecto tempo é relevante somente por evidenciar uma qualidade intrínseca ao fenômeno. Segundo ele:

O conceito de fome endêmica revela mais do que a temporalidade do fenômeno: ele revela a simultaneidade entre a fome e a abundância, que torna o fenômeno ainda mais dramático. Ao identificar a fome endêmica não é mais possível responsabilizar a natureza ou fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar porque ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda a população se alimentar, porque a sociedade não é capaz de alimentar todos seus membros. Colocado esse novo questionamento o problema ganha em profundidade e complexidade! (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 40).

A caracterização de uma área de fome, em que impera a fome endêmica ou epidêmica, de acordo com as proposições do autor, depende da quantidade de pessoas dentro um grupo humano com carências nutricionais (CASTRO, 2012). De acordo com seus próprios termos:

Consideramos áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu

estado de nutrição [...]. Não é o grau de especificidade carencial que assinala e marca a área, mas a extensão numérica em que o fenômeno incide na população (CASTRO, 2012, p. 35).

Assinala a relevância da obtenção de informações quantitativas na identificação das manifestações da fome coletiva para avaliar se dada área de estudo pode ser classificada como área de fome ou não.

Para uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se manifestem incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico (CASTRO, 2012, p. 35).

Ao discorrer sobre o Centro-Oeste e o Extremo Sul tais observações são salientadas. Apesar de não estarem completamente isentas de manifestações carenciais nutricionais que indicam a incidência da fome, sejam elas parciais ou globais, Josué de Castro não avaliou que apresentassem, levando em consideração seu efetivo demográfico, uma porção majoritária de pessoas apresentando indícios de fome. Ela fez-se clara, segundo o autor, somente

[...] em suas formas discretas, subclínicas, sejam mesmo em suas exteriorizações completas, mas sempre como quadros de exceção, atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de populações, quase sua totalidade, como ocorre nas três outras áreas alimentares do país (CASTRO, 2012, p. 36).

Ribeiro Júnior (2008) sintetiza o conceito de fome em “Geografia da Fome”, inferindo que em tal livro “o conceito de fome é definido a partir de três pares conceituais complementares e explicativos do fenômeno da fome” (2008, p. 39). Tais pares mais do que identificariam o tipo de fome expresso por um determinado grupo humano, mas também poderiam auxiliar na caracterização dos aspectos de sua gênese. “Assim, para Josué de Castro a fome poderia ser caracterizada como individual ou coletiva; endêmica ou epidêmica; parcial (oculta) ou total” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 39), conclui.

Outro aspecto fundamental para a compreensão da fome segundo o pensamento de Josué de Castro está presente na concepção de subdesenvolvimento econômico que assume em sua abordagem. Segundo ele, o subdesenvolvimento deriva do desnível econômico, cuja origem atrela-se à conjuntura histórica e social da economia brasileira (CASTRO, 2012).

Discorre sobre o passado colonial e o desenvolvimento de um sistema agrícola de produção extensiva voltada para a exportação, no lugar de uma agricultura intensiva, com foco na produção de alimentos para consumo interno; sobre a influência do capital estrangeiro sobre a economia e a aquiescência do poder político frente à questão; sobre os ciclos econômicos e a atividade mercantil, “corrompendo os processos de criação de riqueza no país (CASTRO, 2012, p. 266)”; sobre a concentração urbana e o “surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado (CASTRO, 2012, p. 268)”²; e, sobretudo, constata que:

A filosofia do desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos anos³ foi concebida dentro desta ideia de desenvolver mais o já desenvolvido e não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia (CASTRO, 2012, p. 270).

Josué atribui ao Estado político a responsabilidade pelo desajustamento econômico que observava ao longo do território brasileiro, expondo a inabilidade do mesmo “para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (CASTRO, 2012, p. 267)”, posicionando-se de forma contrária aos planos de desenvolvimento promovidos em seu tempo, incapazes de nivelar a economia em âmbito nacional e, por conseguinte, de promover efetivas ações para a eliminação da fome. Afirma, corajosamente, que “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento (CASTRO, 2012, p. 292)”. Encara o desenvolvimento econômico e social enquanto atenuação de desníveis. Ressalta a distribuição de renda entre a população e de investimentos entre os setores da economia, assim como entre as regiões, enquanto ferramenta primordial para sua implementação (CASTRO, 2012)

É nesse sentido que define sua concepção de subdesenvolvimento:

Porque subdesenvolvimento é exatamente isso: é desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico de uma Nação (CASTRO, 2012, p. 272).

² O autor refere-se ao século XIX.

³ Até 1946, ano original de publicação de “Geografia da Fome”.

Para o autor, a importância do subdesenvolvimento econômico para a manutenção das condições socioeconômicas que viabilizam a manifestação de deficiências alimentares, culminando no fenômeno da fome, possui uma grandeza extrema, ao ponto de realizar a seguinte consideração no último capítulo de “Geografia da Fome”:

A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, como o pauperismo generalizado que este condiciona (CASTRO, 2012, p. 291).

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PNAD 2004-2009

3.1. O que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)?

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) iniciou-se em 1967, organizando-se como uma ferramenta para a “produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 13), conforme aponta a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) para expor os resultados das pesquisas realizadas em 2004 e 2009 sobre a segurança alimentar brasileira.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre a migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 13)

A periodicidade trimestral adotada inicialmente foi substituída pela anual a partir de 1971, ocorrendo regularmente desde então, com interrupções somente nos anos de realização do Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000) e de modo excepcional entre 1975-1976 e no ano de 1994 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A abrangência em que os levantamentos foram realizados ampliou-se significativamente ao longo dos anos. Em 1967 sua área compreendia somente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas, passados trinta e sete anos, em 2004, estendeu-se por todo o território nacional. Conforme é explicado no relatório oferecido pelo IBGE, “os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 21).

Imagem 4. Áreas compreendidas pela PNAD em 1967 (esquerda) e em 2004-2009 (direita).



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. pp. 16-17.

No intuito de definir o plano amostral utilizado, afirma-se que “a PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios em três estágios de seleção” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 22). São elas:

- Unidades primárias: municípios;
- Unidades secundárias: setores censitários;
- Unidades terciárias: domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos);

Os municípios e setores censitários em que foram aplicadas as pesquisas de 2004 e 2009 foram, por sua vez, demarcados de acordo com a mesma base utilizada pelo Censo Demográfico 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A dimensão da amostra em que se baseou o levantamento de dados atingiu em 2009, segundo o IBGE, um total de 153.837 unidades domiciliares, classificando-os de acordo com os estados de segurança ou insegurança alimentar que apresentavam, contemplando informações sobre as carências alimentares referentes a 399.387 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Assim, é seguro afirmar que a PNAD possui um caráter regular e confiável em relação àquilo que se propõe, promovendo pesquisas sobre diversos temas e produzindo dados quantitativos importantes sobre a população brasileira há quase meio século. Em contrapartida, esta monografia visa esclarecer as premissas conceituais utilizadas pelo IBGE ao longo da pesquisa e discutir a natureza das informações obtidas, comparando com as proposições de Josué de Castro sobre a alimentação e a fome no Brasil. Tal será o esforço apresentado no decorrer deste trabalho.

3.2. A noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil

A evolução do conceito de segurança alimentar contou com uma ampliação significativa dos fatores que compreendem o problema da alimentação em âmbito mundial, fato que tornou sua caracterização um exercício extremamente complexo, alvo intenso de debates, de ocorrência contínua.

A segurança alimentar e nutricional, um conceito permanentemente em construção no Brasil, trata, dentre outras, coisas, das dimensões culturais, sociais e ambientais relacionadas aos alimentos e à alimentação (COSTA, 2011, p. 25).

De acordo com Ana Maria Cervato Mancuso (2010), a relevância da SAN está presente tanto no âmbito acadêmico quanto na administração e desenvolvimento de políticas públicas, uma vez que visa a promoção de um direito humano essencial: o direito à alimentação.

A segurança alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em construção e tem sido pauta da agenda pública do governo brasileiro, da sociedade e de pesquisas em várias áreas da ciência como a da saúde, da terra, as humanas e sociais. Trata-se de uma temática que envolve tanto a política pública, que deve garantir o alimento enquanto direito humano, como a soberania, que trata do assunto na ótica da segurança nacional (MANCUSO, In. COSTA, 2011, p. 13).

O conceito de SAN originalmente estava subordinado à ideia de segurança nacional, compreendendo a capacidade apresentada pelos países de garantir alimentos a sua população em termos produtivos. Um país com grande competência para produzir alimentos era enxergado como um país

seguro, menos suscetível às possíveis atividades externas que inviabilizassem sua capacidade de garantir o sustento de seu povo, visão que expressava uma preocupação exclusivamente voltada à produção de alimentos. Contudo, a partir de década de 1980, passou-se a considerar também o acesso aos alimentos enquanto fator de análise da questão alimentar. Incorporadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outras organizações, as condições de acesso foram definidas como “fator determinante da segurança alimentar” (COSTA, p. 118, 2011).

Tanto a produção quanto o acesso permanecem em pauta quando o conceito de SAN é discutido, mas, para que seja possível expor de forma confiável e elucidativa a grande complexidade adquirida com o decorrer dos últimos vinte e cinco anos, um pequeno parágrafo escrito por Christiane Gasparini Araújo Costa será evocado a seguir:

Nos anos 1990, ampliou-se a noção de SAN, para envolver questões relativas à qualidade, sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e das dietas. Equidade, justiça, ética, modos de vida sustentáveis, garantia de acesso aos recursos naturais para as gerações futuras e modelos de desenvolvimento passaram a ser temas tratados no âmbito da SAN, subordinado ao princípio da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada, significando o direito à própria vida, à dignidade e à autodeterminação (COSTA, p. 118, 2011).

Existe uma multiplicidade de aspectos intrínsecos à SAN. Ribeiro Júnior (2008), ao tentar reconstruir o percurso da segurança alimentar, aponta o fato de existirem mais de 30 definições e admite que “o conceito de ‘segurança alimentar’ tem tomado cada vez mais espaço nos debates acerca da alimentação sendo imprescindível analisa-lo criticamente” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 70).

De acordo com o autor, em 2001 foi realizada uma definição de segurança alimentar e nutricional pelo Instituto Cidadania que, em seguida, serviu como base para o programa Fome Zero, em 2003. Tal definição será exposta a seguir:

Segurança Alimentar e nutricional significa garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo assim, para uma existência digna em um contexto de

desenvolvimento integral da pessoa humana (INSTITUTO CIDADANIA, 2001 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 74) ⁴.

Com a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), realizou-se em 2004 a II Conferência Nacional de SAN estabelecendo uma nova definição do conceito que iria nortear as Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílio realizadas sobre o tema, ocorridas em 2004 e 2009. Atribui-se à SAN mais do que somente aspectos relacionados à produção e acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, leva-se em consideração também a regularidade com que são estabelecidos, assim como a necessidade de não figurarem como impeditivos à efetivação de atividades que ofereçam condições de satisfação de outras necessidades consideradas fundamentais. Salientam-se, do mesmo modo, a realização dos fatores mencionados anteriormente com o objetivo de guiar, sobretudo, as políticas públicas que abarquem a alimentação. Diferencia-se em relação à definição anteriormente citada ao atribuir à SAN a prerrogativa de que o direito à alimentação deve ser garantido de tal modo que os aspectos culturais referentes à determinada população sejam devidamente respeitados, estabelecendo-se de forma sustentável em relação à sociedade, à economia e o meio, simultaneamente (COSTA, 2011).

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, II Conferência de SAN, 2004 apud COSTA, 2011, p. 19) ⁵.

3.3. A PNAD 2004-2009 e sua base conceitual

De acordo com a definição de SAN promovida pelo CONSEA, noções diversas aliam-se, fazendo com que os múltiplos fatores propostos para coordenar a alimentação enquanto direito humano relacionem-se entre si. Não basta a produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para que

⁴ INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

⁵ CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento final da II Conferência Nacional de SAN, 2004.

se possa afirmar o estabelecimento de uma condição de segurança alimentar e nutricional, deve-se considerar também o acesso. Mas somente a produção e o acesso também são insuficientes. A produção e o acesso devem ser promovidos em confluência com questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, para que não se sobreponham, impossibilitando o acesso do conjunto da população a outras necessidades. Segundo Christiane Gasparini Araújo Costa (2011), o fortalecimento da discussão da SAN no Brasil deriva das “repercussões nos padrões de produção e consumo de alimentos” (COSTA, 2011, p. 19) observadas ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Nesse sentido, deve-se salientar a instituição, por meio do decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) – lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006 –, que garante, enquanto direito humano, o acesso a uma alimentação adequada, estipulada de acordo com a definição de SAN pelo CONSEA. A LOSAN estabelece também como obrigação do poder público o monitoramento e a avaliação das condições alimentares de sua população, assim como garantir o acesso ao público a informações sobre o tema (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Avançando nessa direção, determina que o conceito de SAN deve abranger – além do acesso aos alimentos, conservação da biodiversidade, promoção da saúde e da nutrição, qualidades sanitária e biológica dos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis – a produção de conhecimento e o acesso à informação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 27).

Configurou-se, assim, um sistema de monitoramento e avaliação dos níveis de segurança e insegurança alimentar da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

[...] o Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010, determina que o sistema de monitoramento e avaliação deverá contemplar, dentre as várias dimensões de análise de SAN, o acesso à alimentação adequada e saudável. A EBIA, base metodológica da pesquisa suplementar, mensura a percepção dos moradores dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos e, além disso, atende à determinação do Art. 21, do Parágrafo 6o, do mencionado Decreto, ou seja, é um instrumento capaz de “*identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada*” e apontar as desigualdades sociais, de cor ou

raça e de gênero associadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 27).

A classificação utilizada para conceituar os níveis de segurança e/ou insegurança alimentar utilizada pela PNAD 2004/2009 é descrita da seguinte forma:

De acordo com a classificação da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista, são domicílios em condição de Segurança Alimentar, aqueles onde seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. Os domicílios com Insegurança Alimentar Leve são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível. Nos domicílios com Insegurança Alimentar Moderada os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento. Por fim, nos domicílios com Insegurança Alimentar Grave, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 33)

Tabela 1. Situações alimentares e suas descrições.

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	Os moradores dos domicílios têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos)

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 29.

No intuito de elucidar a abordagem metodológica e definir os conceitos utilizados, o estudo aponta quatro dimensões da identificação e mensuração da SAN que auxiliaram decisivamente na deliberação sobre os níveis de segurança alimentar ou insegurança alimentar observados nos domicílios em que a pesquisa foi realizada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). São eles:

- Disponibilidade do alimento:

[...] significa a oferta de alimentos para toda a população e depende da produção, importação (quando necessária), sistemas de armazenamento e distribuição [...] (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 27.);

- Acesso físico e econômico:

[...] significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar [...] (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 27);

- Utilização biológica dos alimentos pelo organismo:

[...] é o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias nas quais as pessoas vivem e produzem sua comida, depende da segurança microbiológica dos alimentos e pode ser afetado pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 28);

- Estabilidade:

[...] implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos. Esta dimensão envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias ante eventuais problemas que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 28);

Dando continuidade à apresentação da base conceitual que fundamentou a PNAD nas pesquisas sobre SAN em 2004 e 2009, é necessário que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) seja abordada de acordo com publicação do IBGE, uma vez que os conceitos de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave, que revelam a profundidade e características das manifestações carenciais de cada unidade domiciliar, são parte de suas

considerações sobre SAN (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A EBIA é uma escala de análise que possibilitou o enquadramento dos grupos familiares, no caso da escala demográfica terciária utilizada pela PNAD, ou seja, domiciliar, de acordo com os graus de severidade de insegurança alimentar que apresentaram. Trata-se de uma adaptação de uma ferramenta similar elaborada nos Estados Unidos da América, mais precisamente pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture – USDA*), cuja validação para o caso brasileiro foi promovida por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

As escalas de medida direta da insegurança alimentar, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para gestão de políticas e programas sociais porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de insegurança alimentar (IA) quanto os seus determinantes e consequências (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 29)

A base metodológica, em que os conceitos previamente descritos foram desenvolvidos, objetiva o levantamento de dados sobre duas questões: a mensuração da percepção dos moradores dos domicílios presentes na amostragem sobre o acesso aos alimentos e a identificação de grupos populacionais vulneráveis, associando-as a desigualdades sociais, raciais, de cor e gênero. Para tal, foi criado um questionário com 14 questões, amparados por uma escala psicométrica de avaliação do acesso familiar aos alimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Uma vantagem do uso das escalas psicométricas é que elas medem o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas. Captam não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também a dimensão psicossocial da insegurança alimentar, tomando os domicílios como unidade de análise (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 29).

A partir das respostas extraídas pela aplicação do questionário devem ser observados cinco fatores para a determinação do nível de insegurança alimentar apresentado pelo domicílio:

[...] 1) componente psicológico – ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores; 2) qualidade dos alimentos –

comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico; 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos; 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças; e 5) fome – quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 29)

Tabela 2. Questionário utilizado na PNAD 2004-2009.

Número da pergunta	Enunciado
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?
9	Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?
11	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
12	Nos últimos três meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
13	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
14	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 32.

De acordo com a quantidade de respostas afirmativas é possível, por meio da EBIA, definir o grau de severidade das condições alimentares e, por conseguinte, promover uma análise de acordo com fatores previamente mencionados. A somatória das afirmações resulta em uma pontuação e de

acordo com ela pode-se inserir o domicílio em uma das quatro circunstâncias alimentares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Tabela 3. Sistema de pontuação aplicado pela PNAD 2004-2009.

Classificação	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 30.

4. DISCUTINDO A FOME E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Ao passo que as definições apresentadas para o conceito de SAN, assim como as derivações aplicadas pela PNAD 2004-2009 – segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave –, são relacionadas com as considerações de Josué de Castro sobre a fome – coletiva ou individual; total ou parcial; endêmica ou epidêmica; e áreas de fome –, podem-se estabelecer aproximações e distanciamentos conceituais, assim como em relação às proposições em ambos os casos sobre as causas e soluções para a questão alimentar. É nesse sentido que este capítulo foi desenvolvido.

A discussão da segurança e insegurança alimentar e da fome no Brasil perpassa, de acordo com Lena Lavinás (2004), por três certezas: a primeira certeza é que a oferta de alimentos não aflige restrições alimentares à população; a segunda certeza é a constatação de que na demanda reside o real problema; a terceira certeza é ineficácia dos programas e políticas voltadas para o combate à fome. Segundo a autora:

A fome no Brasil é resultado de uma insuficiência aguda de renda nas camadas mais desfavorecidas da população, expostas a um quadro de insegurança socioeconômica bastante instável. [...] Enquanto permanecer a tendência de queda da renda, tal como vem sendo registrado pelo IBGE, pode-se concluir que o grau de insegurança alimentar da população pobre tende a agravar-se, ainda que em meio a um quadro de estabilidade econômica sustentada (LAVINAS, 2004, p. 36).

Em sua análise sobre a acessibilidade alimentar e os programas sociais de combate à fome, desenvolvidas junto a Eduardo Henrique Garcia, apresenta um recorte temporal, analisando a segurança alimentar na década de 1990 e a ação do Estado no mesmo período. Aborda o acesso aos alimentos por meio da renda *per capita*, os preços dos alimentos e a distribuição gratuita (LAVINAS; GARCIA, 2004). Uma das conclusões apresentadas está disposta a seguir:

O problema reside, sobremaneira, na tendência de queda da renda. Isso amplia a vulnerabilidade dos setores socialmente excluídos. Ou

seja, numa proporção maior ou menor, o problema persiste, não tendo sido superado. Ele segue, com grande destaque, presente na agenda do novo milênio (LAVINAS; GARCIA, 2004, p. 240).

Seguindo com a discussão do fator renda, Walter Belik (2004) aponta que quantidade adequada, equilíbrio nutritivo, regularidade de oferta e dignidade na forma de obter alimentos são os quatro requisitos de acesso que estão pressupostos na discussão da segurança alimentar. Ao discorrer sobre a importância das ações previstas pelo programa Fome Zero, apresentado ao público no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o autor ressalta a utilização do critério da renda, em seus termos, como um “filtro orientador” (BELIK, 2004, p. 32). “Trata-se, neste caso, de adotar uma linha de pobreza abaixo da qual o cidadão não tem meios para suprir suas necessidades básicas e, ainda ter acesso a uma dieta adequada” (BELIK, 2004, p. 32), continua suas observações, colocando lado a lado, fome, miséria e desigualdade social, enquanto reflete sobre a viabilidade e a efetividade de uma abordagem fundamentada da distribuição de renda.

Portanto, não se trata de tema passível de ligeireza política ou descarte acadêmico. O conceito de Segurança Alimentar refirma o círculo vicioso que conecta a pobreza e a fome. Torna difícil definir relações de causalidade unilateral entre eles, mas comprova que o combate à fome é um atalho importante para sacudir os pilares da miséria (BELIK, 2004, p. 34).

Ao explicar o desenho do programa Fome Zero, Frei Betto (2004) mostra a intimidade entre o programa e a segurança alimentar e nutricional ao atrelar suas origens ao Instituto Cidadania e ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome, criado em 2003. Segundo o autor, o Fome Zero foi assessorado pelo CONSEA, conselho que em 2004 realizou a definição de SAN empregada pela EBIA em sua conceituação direcionada a medir os níveis de segurança e insegurança alimentar. Conceitos que, sequencialmente, foram utilizados na PNAD 2004-2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Novamente o imperativo da distribuição de renda é ressaltado. O programa Fome Zero é caracterizado como “[...] uma política de inserção social, para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania (FREI BETTO, 2004, p. 23).

O grande diferencial do programa, segundo Maria Leidiana Mendes de Oliveira (2013), foi o fato de, ao incluir no combate à fome o acesso aos alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda e a articulação, mobilização e controle social, configurando os quatro eixos de sua atuação – todos voltados em alguma instância à questão da renda – promover um despertar da consciência popular sobre a desigualdade social e, conseqüentemente, alimentar brasileira.

Segundo o posicionamento de Patrus Ananias (2004), SAN e o Fome Zero encontram-se densamente relacionados, assim como a definição de políticas públicas sobre a questão alimentar:

O Fome Zero constitui-se, efetivamente, em um instrumento de implantação de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, que deve ser universalizada. [...] A política de segurança alimentar é o complemento natural da política de desenvolvimento econômico, já que ambas apontam para a superação do atraso econômico e social e são parte do projeto de construção de uma nação forte (ANANIAS, 2004, p. 11).

Distribuição de renda, equidade econômica e social, superação do atraso econômico, desenvolvimento, são todas noções atreladas ao discurso pautado na SAN, com presença recorrente no desenvolvimento e divulgação de políticas vinculadas à superação da miséria e da fome.

A análise dos resultados da PNAD 2004-2009 publicada pelo IBGE corrobora com a percepção de uma ligação direta entre a *renda per capita* e os níveis de insegurança alimentar apresentados pelos domicílios:

Viviam em domicílios em condição de IA moderada ou grave cerca de 25,4 milhões de pessoas, destas, 33,2% em domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, ou seja, R\$116,25. A proporção de pessoas vivendo em domicílios em SA com este valor *per capita* foi de 4,8% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 41).

Ao atrelar a gênese do conceito de segurança alimentar à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), junto ao contexto histórico de criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, Ribeiro Júnior (2008) explica que:

Sob essa perspectiva, a fome é apresentada simultaneamente como sintoma e causa do subdesenvolvimento e sua superação só parece

ser possível através do desenvolvimento econômico (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 71).

Alguns parágrafos depois, delibera sobre as causas da limitação explicativa que atribui ao conceito:

De todo modo, o entendimento da segurança alimentar construído por essas instituições está sempre fundamentado na relação entre a oferta e a procura de alimentos. Não importa se o acento está na produção (oferta) ou na renda (demanda solvente); de todo modo prevalece o entendimento de que a insegurança alimentar é provocada por um desequilíbrio na oferta e na procura, que se manifesta na ausência de estoques alimentares ou na renda insuficiente por parte da população para adquirir os alimentos. O discurso e as ações tomadas por essas instituições tentam fazer crer que seja possível organizar e equilibrar essa relação entre a oferta e a procura de alimentos e que somente assim pode-se garantir a segurança alimentar de todos (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 73).

Tendo em vista as observações anteriores, deve-se, nesse momento mencionar como a fome é percebida de acordo com as considerações da PNAD 2004-2009 para que seja possível progredir com a discussão vislumbrada inicialmente. A fome é descrita como uma condição em que “alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p.29), estando inclusa na descrição de Insegurança Alimentar Grave.

O termo “dinheiro” é empregado em todas as perguntas presentes no questionário utilizado pelo IBGE como condição primária para a obtenção de alimentos, corroborando com a importância dada pelos programas e políticas públicas para a questão da renda ao se tratar do acesso à alimentação.

De acordo com os resultados divulgados, em 2009:

Do total de domicílios, 5,0% (2,9 milhões) foram classificados como IA grave, restrição alimentar na qual para pelo menos uma pessoa foi reportada alguma experiência de fome no período investigado. Esta situação atingia 11,2 milhões de pessoas (5,8% dos moradores de domicílios particulares) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 33).

É notória a intimidade existente entre a SAN e a agenda política. Apesar da amplitude dos fatores que o conceito abarca o acesso aos alimentos é o principal fator de preocupação quando o assunto tratado é o desenvolvimento de políticas públicas de combate à fome ao longo das últimas décadas. Considera-se incluído nesse panorama a PNAD 2004-2009, afinal, sua

realização deve ser entendida enquanto uma ferramenta de monitoramento das condições de SAN no Brasil. A disponibilidade de alimentos é mencionada nas diretrizes da pesquisa, assim como o acesso físico e econômico aos mesmos, levando em consideração a política de preços e a renda familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A quantidade de alimentos também se encontra repetitivamente vinculada aos níveis de segurança alimentar da EBIA, estando presente nas definições de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. A qualidade dos alimentos é, por sua vez, mencionada nos dois primeiros conceitos, sendo que no segundo sua debilidade deve-se às estratégias adotadas dentro do âmbito domiciliar para não afetar a quantidade de alimentos consumida (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Outra questão de grande valor nessa discussão reside no quesito estabilidade. Segundo a PNAD 2004-2009, tal fator visa o auxílio ao planejamento governamental, uma vez que caracteriza a periodicidade das carências alimentares apresentadas pela população, podendo ocorrer de modo passageiro, sazonal ou crônico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A escala da EBIA, no entanto, foi utilizada levando em consideração um período de três meses, referência para a pesquisa. Novamente, todas as perguntas do questionário restringem as informações obtidas a essa determinação temporal. Não é possível, desse modo, desenvolver uma análise que compreenda uma escala temporal de maior amplitude, inviabilizando a identificação de manifestações carenciais de ocorrência sazonal e, sobretudo, crônica.

Josué de Castro registra um alerta em “Geografia da Fome” sobre a incapacidade dos estudos quantitativos de promover informações precisas sobre aspectos íntimos, característicos, da temática sobre a qual são desenvolvidos. Afirma:

Este ensaio não visa propriamente uma análise do problema em seus aspectos quantitativos, mas, principalmente, em seus aspectos qualitativos. O método estatístico com sua tendência substancial para os grandes agrupamentos e para a homogeneização dos fatos não poderia dar em seus painéis genéricos uma noção exata de certas

nuances, das infinitas gradações de cores de que se reveste o fenômeno, nos dois sentidos, no vertical e no horizontal, na ampla superfície de sua área territorial e nas diferentes capas sociais que estruturam a nacionalidade. Esta a razão pela qual os dados estatísticos apenas participam deste anseio como matéria-prima, a ser sempre que possível manipulada e transformada em argumentos explicativos sem que o seu texto se ressinta de um certo peso das notas explicativas, visando penetrar um tanto mais a fundo em sua expressão social (CASTRO, 2012, p. 265).

Pode-se afirmar que, por meio da PNAD 2004-2009, não é possível distinguir de modo preciso o tipo de fome, total ou parcial – de acordo com os conceitos propostos por Josué de Castro –, relatada nos domicílios entrevistados. Um total 11,2 milhões de pessoas foram classificadas dentro do conceito de insegurança alimentar grave, contudo não se sabe ao certo qual a profundidade das carências alimentares que apresentam. Entende-se, somente, que em um período de três meses por pelo menos um dia não tiveram acesso a qualquer tipo de alimento por não possuírem meios financeiros para sua aquisição.

A fome permanece, nesse caso, oculta, pois os nuances de sua manifestação não são conhecidos. Não é possível, da mesma forma, distinguir dentro 34,9% dos domicílios pesquisados em 2004 e dos 30,2% em 2009 enquadrados em algum nível de insegurança alimentar qual a extensão demográfica real da fome parcial, aquela em que a dieta base de uma determinada população é prejudicada, fazendo com que tenham deficiências nutricionais severas apesar de terem acesso à alimentação diariamente. Isso ocorre, justamente, devido à avaliação conceitual da EBIA sobre a fome e a aplicação da escala na pesquisa pelo IBGE. Existe um distanciamento conceitual notório entre a fome para Josué de Castro e a fome de acordo com os conceitos baseados na SAN.

Por outro lado, nota-se na definição do CONSEA e nas proposições realizadas com base no conceito de SAN algumas similaridades em relação ao discurso de Josué de Castro em “Geografia da Fome”. Em suas conclusões gerais, a fome e a subnutrição, sobretudo a inabilidade brasileira para a superação de ambas, são encarados como entraves para o desenvolvimento, integração e equilíbrio econômico e social (CASTRO, 2012). O mesmo posicionamento é percebido em outros livros do autor, como em “Geopolítica

da Fome” (CASTRO, 1968) e “O Livro Negro da Fome” (CASTRO, 1960). Na última publicação mencionada, chega a afirmar que:

[...] fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação da produtividade das massas de famintos (CASTRO, 1960, p. 1).

“Desse modo, o pensamento de Josué de Castro, como dos demais sanitaristas, identifica-se com a perspectiva nacional desenvolvimentista” (MAGALHÃES, 1997, p. 58), atrelando as causas da fome ao subdesenvolvimento da economia e encarando a extinção da primeira enquanto uma prioridade para a superação da segunda e vice e versa.

A fome, tanto global como específica, expressa nas inúmeras carências que o estado de nutrição de nosso povo manifesta, constitui sem nenhuma dúvida, o fator primacial da lenta integração econômica do país (CASTRO, 2012, p. 290)

Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado (CASTRO, 2012, 291).

Estando de acordo com “as exigências políticas, econômicas e sociais do seu momento histórico” (MAGALHÃES, 1997, p. 19) em tal perspectiva, o autor, no entanto, propõe “a compreensão da fome como um processo intimamente relacionado a um certo perfil histórico de consolidação das estruturas econômicas, políticas e sociais do País” (MAGALHÃES, 1997, p. 55).

Josué também manifestou sua preocupação quanto à oferta e demanda, discorrendo sobre o preço dos alimentos e a capacidade de compra, devido à baixa renda de parte da população.

A inflação provocando uma alta contínua dos preços dos produtos alimentares e a baixa capacidade de compra de largos setores de nossa população, principalmente na zona rural, tem acentuado as dificuldades do abastecimento alimentar adequado de uma grande parcela do povo brasileiro (CASTRO, 2012, p. 290).

Contudo, o autor não se limita a questão da renda enquanto fator de desequilíbrio social no que tange à alimentação. Trata-se de uma preocupação dentro de um contexto geral. É fundamental em sua análise a realização de uma articulação de medidas voltadas à instauração de transformações

profundas em âmbito nacional, focando no desenvolvimento econômico enquanto necessidade primordial para a eliminação da fome. Concepção extremamente avançada na discussão da fome em seu tempo, uma vez que:

[...] ao delimitar a fome como uma questão presa ao perfil de desenvolvimento econômico e social, o escritor contribuiu para a ruptura da visão do problema alimentar como individual, ou passível de ser contornado com medidas assistencialistas ou educativas (MAGALHÃES, 1997, p. 68).

“A crítica à existência de ‘dois Brasis’, um arcaico e um moderno, é um argumento recorrente em seus escritos” (MAGALHÃES, 1997, p. 52): tal é a visão dualista, conforme explica Rosana Magalhães, que adota em seu entendimento do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo a autora, Josué rompe com a concepção neomalthusiana de controle do crescimento populacional como forma de combate à escassez de alimentos e coloca a fome nos debates sobre política econômica e organização do Estado. A este, Josué atribui a responsabilidade pela circunstância alimentar vivida pela população e a possibilidade de resolução do problema (MAGALHÃES, 1997).

A partir desta interpretação do quadro de fome no país, o escritor propõe algumas ‘medidas para solucionar o problema’. Entre outras, é importante destacar: o aumento da produtividade no campo, tendo a reforma agrária como ponto de partida, o fim dos latifundiários e da monocultura, e a mecanização do campo; o controle da produção, visando atender as necessidades mínimas e, posteriormente, as necessidades ‘ótimas’ da população; a manutenção de formas de financiamento e preços mínimos para produtores. A educação da população é incluída em sua análise, mas nunca como possível causa isolada da situação alimentar. As suas proposições no sentido de formar bons hábitos alimentares encontram-se, assim, articuladas às medidas mais amplas de mudança da estrutura econômica (MAGALHÃES, 1997, p. 53).

Há que se desprender da quase instintiva associação entre crescimento econômico e desenvolvimento quando se discute a aceção do autor sobre o assunto. Nas palavras de Rui Ribeiro de Campos:

No fim da vida, cada vez mais com os pés na prospectiva, Josué de Castro alertava-nos para o subdesenvolvimento, um tipo de poluição humana. [...] Como separava crescimento e desenvolvimento, certamente concordaria que o último era a melhoria de vida das pessoas [...] (CAMPOS, 2004, p. 372).

Nesse sentido, Josué indicava também como aspectos de interferência a estrutura agrária semicolonial, latifundiária e direcionada à monocultura; as relações de trabalho estabelecidas no campo; o regime inadequado de

propriedade; os baixos índices de produtividade agrícola; a insuficiência dos meios de transporte e armazenamento de alimentos; e a expansão industrial e urbana (CASTRO, 2012)

Além de romper com o tabu da fome, encarando-a de frente, o escritor acentua espirituosamente a importância de se estabelecer um rompimento com o tabu da reforma agrária, que, ainda hoje, permanece em vários circuitos da sociedade brasileira, sejam eles políticos, acadêmicos ou sociais, na busca por um desenvolvimento nacional equilibrado (CASTRO, 2012).

Precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária – assunto proibido, escabroso, perigoso – com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo tabu, mostrando através de uma larga campanha esclarecedora que a reforma agrária não é nenhum bicho-papão ou dragão maléfico que vá engolir toda a riqueza dos proprietários de terra, como pensam os mal-avisados, mas que, ao contrário, será extremamente benéfica para todos os que participam socialmente da exploração agrícola, porque só através desta reforma será possível inocular na economia rural os germes do progresso e desenvolvimento representados pelos instrumentos técnicos de produção, pelos recursos financeiros, e pela garantia de um justo rendimento das atividades agrárias, de forma a libertar nossa agricultura dos freios do colonialismo agonizante e liberar, indiretamente, o nosso desenvolvimento econômico do principal fator de estrangulamento do seu crescimento, que é o marasmo da agricultura brasileira. E libertar desta forma o povo das marcas infamantes da fome (CASTRO, 2012, p. 288).

Em que pese o distanciamento conceitual de fome entre Josué de Castro e o PNAD 2004-2009 e as aproximações quanto à abordagem da renda e o teor desenvolvimentista, o geógrafo pernambucano assinala que para a definição de uma área de fome não é necessária a identificação do grau de especificidade carencial ou de sua periodicidade, basta que suas manifestações sejam observadas em metade da população que ocupa aquela área (CASTRO, 2012). Desse modo, o estabelecimento de uma aproximação ilustrativa não é inviável.

Inspirado na afirmação de Josué de Castro sobre a manipulação e transformação de dados quantitativos em argumentação apresentada anteriormente, um exercício analítico baseado na PNAD 2004-2009 para a observação das áreas de fome no Brasil foi realizado. Uma vez consideradas as Grandes Regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – e as Unidades da Federação como possíveis áreas de fome, pode-se extrair a

porcentagem total dos domicílios entrevistados pela PNAD classificados em algum nível de insegurança alimentar. Quando observadas suas definições, nota-se que todos os níveis sugerem a existência de carências nutricionais: IA leve, qualidade inadequada de alimentos; IA moderada, redução quantitativa e ruptura nos padrões de alimentação; IA grave, similar à IA moderada e fome, conforme a definição discutida anteriormente. Trata-se de uma tentativa de ilustrar o panorama alimentar brasileiro, tendo como base documental a publicação do IBGE e como base teórica as propostas de Josué de Castro.

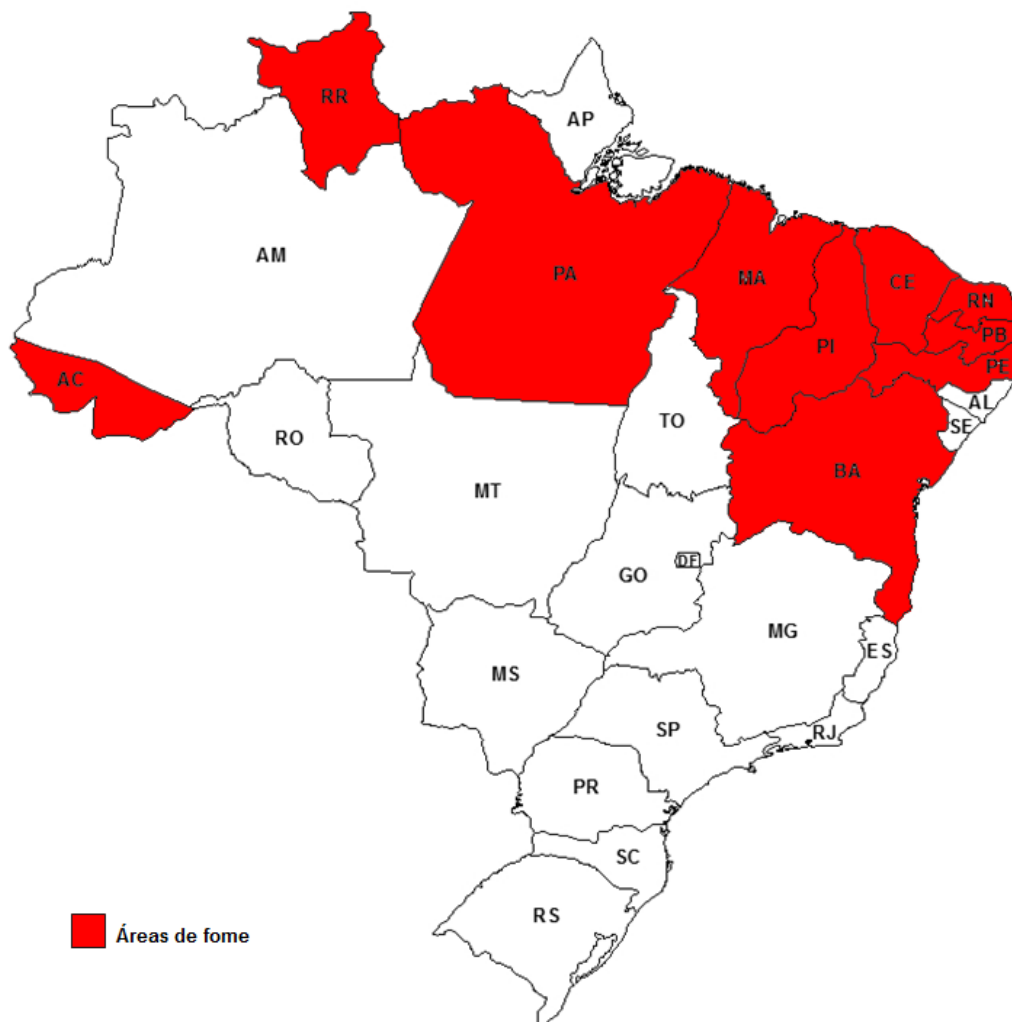
Nota-se que em 2004, entre as Grandes Regiões, somente o Nordeste apresentou um percentual maior de insegurança alimentar do que de segurança alimentar nos domicílios entrevistados, atingindo 53,6%. Os estados nordestinos de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí apresentaram índices de insegurança alimentar acima de 50%. O mesmo é notado para os estados do Acre, Roraima e Pará, contudo a insegurança alimentar registrada na região Norte, como um todo, não chegou a atingir metade da população que participou do levantamento.

Em uma escala regional, região Nordeste, desse modo, poderia ser enquadrada na classificação de Josué de Castro de área de fome. Em uma escala estadual, os estados nordestinos mencionados anteriormente também o seriam. Apesar de, regionalmente, o Norte não apresentar os requisitos necessários a sua classificação enquanto área de fome, alguns de seus estados poderiam também ser classificados dessa forma, como o Pará e Roraima.

Em 2009, no entanto, circunstâncias muito diferentes das de 2004 são observadas, tanto na escala regional, quanto estadual. Em nenhuma das Grandes Regiões houve registro de percentuais de insegurança alimentar acima de 50%, sendo passíveis de caracterização somente enquanto áreas de subnutrição. Apenas os estados do Maranhão e o Piauí atingiram índices superiores, em que mais da metade das pessoas entrevistadas encontram-se em algum nível de insegurança alimentar. Assim, as áreas de fome restringem-se à escala estadual.

Nas ilustrações formuladas para esta monografia – dispostas nas próximas páginas para que se possa visualizar melhor as áreas de fome e seus limites – percebe-se em 2004 a formação de uma grande área de fome que envolve os estados nordestinos citados e os estados do Pará e Roraima. O Acre encontra-se isolado dessa formação, uma vez que os estados do Amazonas e Rondônia não podem ser classificados enquanto áreas de fome, por possuírem níveis de segurança alimentar bastante elevados. Visualiza-se, em 2009, entre a região Norte e o Nordeste, pela união dos estados vizinhos do Maranhão e Piauí, a única área de fome brasileira, levando em consideração a escala estadual. O Acre deixa de ser uma área de fome, elevando seus níveis de segurança alimentar. Pode ser apreendida, então, uma diminuição geral das áreas de fome brasileiras de 2004 para 2009, tendo em vista a proposta do exercício, de unir as considerações de Josué de Castro com os dados obtidos pela PNAD e suas definições de insegurança alimentar.

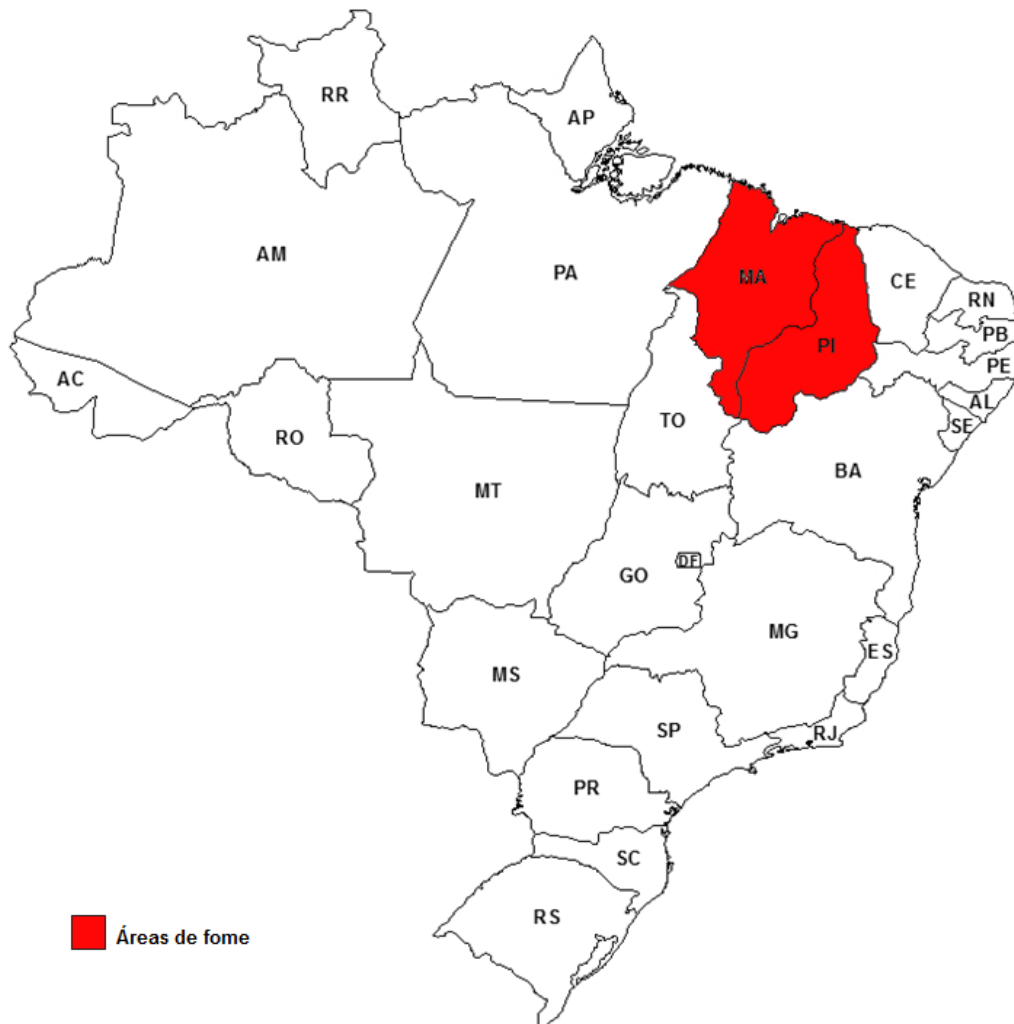
Imagem 5. Áreas de fome em 2004 – Unidades da Federação que apresentam mais de metade dos domicílios investigados pela PNAD em algum nível de insegurança alimentar.



Fonte de dados: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio.

Formulação da imagem: Gabriel do Amaral Castilho de Souza

Imagem 6. Áreas de fome em 2009 – Unidades da Federação que apresentam mais de metade dos domicílios investigados pela PNAD em algum nível de insegurança alimentar.



Fonte de dados: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio.

Formulação da imagem: Gabriel do Amaral Castilho de Souza

Os dados brasileiros dos níveis de SAN obtidos pelo IBGE, sua diferenciação regional, assim como de acordo com as Unidades da Federação, informações utilizadas na demarcação das áreas de fome propostas e na formulação das imagens apresentadas, estão retratados nos gráficos e tabelas dispostos a seguir.

A Tabela 4 expõe os dados gerais do Brasil, em escala nacional. Percebe-se que tanto em 2004 quanto em 2009 o país pode não pode ser pensado enquanto área de fome, uma vez que apresenta 34,9% dos domicílios entrevistados em algum nível de insegurança alimentar em 2004 e 30,2% em 2009. A Tabela 5, por sua vez, apresenta dados relativos às Grandes Regiões.

O Gráfico 1 foi estabelecido de acordo com as informações presentes na Tabela 5, permitindo a visualização lado a lado dos índices de segurança alimentar e insegurança alimentar moderada e grave das Grandes Regiões em 2004 e 2009. Permite também que a observação de tais informações em ambientes urbanos e rurais.

O Gráfico 2 apresenta os estados e seus percentuais de segurança alimentar, assim como de cada tipo de insegurança alimentar, nos anos em que a PNAD foi efetuada. Sua observação permite a percepção das mudanças ocorridas entre 2004 e 2009 em escala estadual.

Tabela 4. Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio – Brasil 2004/2009.

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1 000 pessoas)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
2004						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	51 666	43 671	7 996	181 615	150 626	30 989
Com segurança alimentar	33 607	29 099	4 508	109 215	93 741	15 474
Com insegurança alimentar	18 035	14 550	3 485	72 326	56 815	15 511
Leve	9 321	7 711	1 610	36 877	29 920	6 957
Moderada	5 123	4 012	1 111	20 593	15 660	4 932
Grave	3 592	2 827	765	14 856	11 235	3 621
Números relativos (%)						
Com segurança alimentar	65,0	66,6	56,4	60,1	62,2	49,9
Com insegurança alimentar	34,9	33,3	43,6	39,8	37,7	50,1
Leve	18,0	17,7	20,1	20,3	19,9	22,5
Moderada	9,9	9,2	13,9	11,3	10,4	15,9
Grave	7,0	6,5	9,6	8,2	7,5	11,7
2009						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Total	58 646	49 882	8 764	191 693	160 948	30 744
Com segurança alimentar	40 909	35 223	5 685	126 137	107 756	18 380
Com insegurança alimentar	17 738	14 659	3 079	65 556	53 192	12 364
Leve	10 973	9 258	1 715	40 132	33 460	6 671
Moderada	3 834	3 082	753	14 258	11 160	3 097
Grave	2 930	2 319	611	11 167	8 571	2 596
Números relativos (%)						
Com segurança alimentar	69,8	70,6	64,9	65,8	67,0	59,8
Com insegurança alimentar	30,2	29,4	35,1	34,2	33,0	40,2
Leve	18,7	18,6	19,6	20,9	20,8	21,7
Moderada	6,5	6,2	8,6	7,4	6,9	10,1
Grave	5,0	4,6	7,0	5,8	5,3	8,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 34.

Tabela 5. Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar, segundo as Grandes Regiões – 2004/2009.

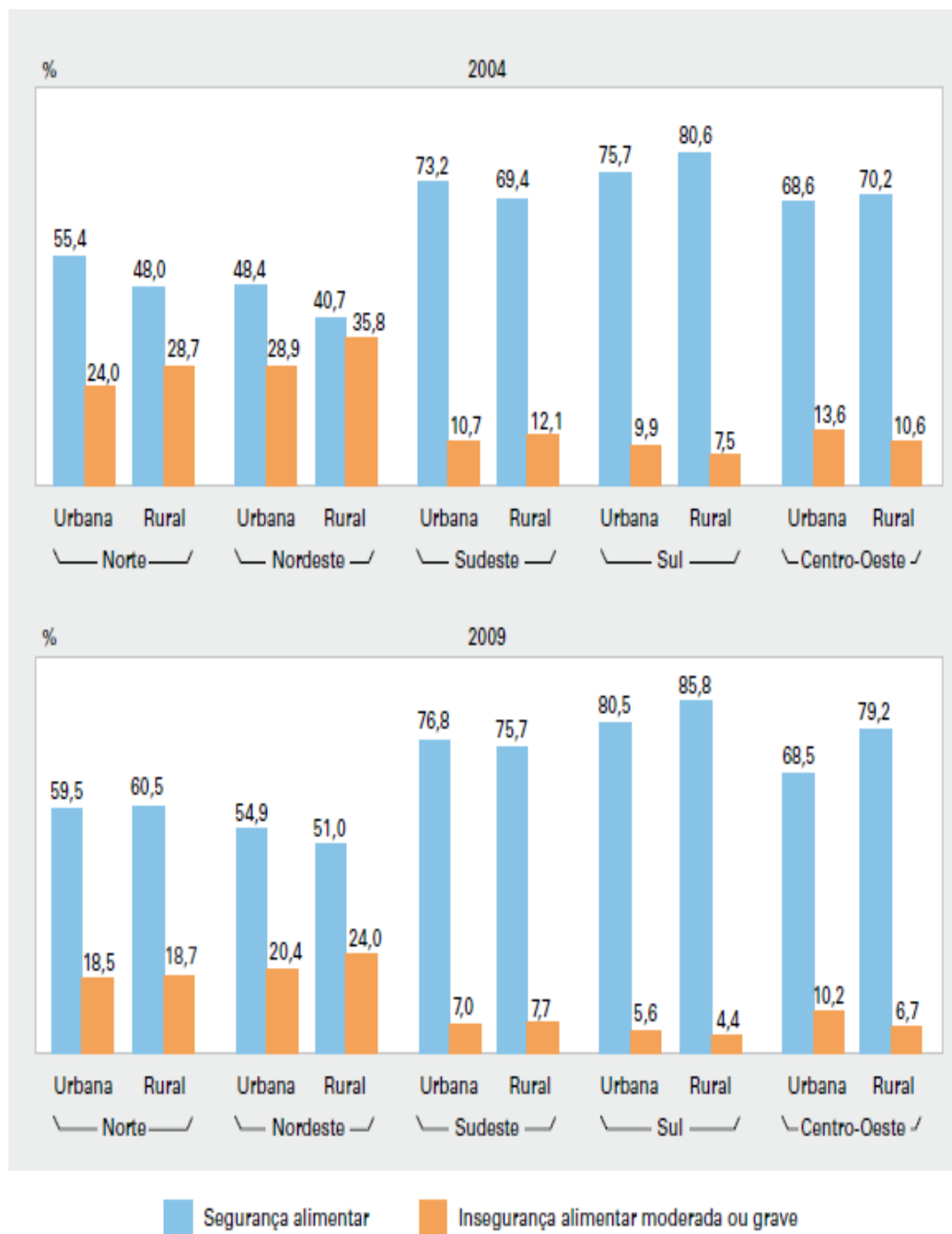
Grandes Regiões	Domicílios particulares					
	Total (1)	Situação de segurança alimentar				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
		Total	Leve	Moderada	Grave	
2004						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Brasil	51 666	33 607	18 035	9 321	5 123	3 592
Norte	3 533	1 893	1 639	749	474	416
Nordeste	13 264	6 152	7 105	3 032	2 320	1 754
Sudeste	22 935	16 722	6 205	3 727	1 550	929
Sul	8 163	6 245	1 914	1 139	471	304
Centro-Oeste	3 771	2 596	1 172	674	309	189
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	65,0	34,9	18,0	9,9	7,0
Norte	100,0	53,6	46,4	21,2	13,4	11,8
Nordeste	100,0	46,4	53,6	22,9	17,5	13,2
Sudeste	100,0	72,9	27,1	16,2	6,8	4,1
Sul	100,0	76,5	23,4	14,0	5,8	3,7
Centro-Oeste	100,0	68,8	31,1	17,9	8,2	5,0
2009						
Números absolutos (1 000 pessoas)						
Brasil	58 646	40 909	17 738	10 973	3 834	2 930
Norte	4 122	2 462	1 660	896	385	380
Nordeste	15 356	8 271	7 085	3 814	1 838	1 433
Sudeste	25 745	19 757	5 988	4 177	1 061	750
Sul	9 067	7 374	1 692	1 201	299	192
Centro-Oeste	4 357	3 045	1 312	885	252	175
Números relativos (%)						
Brasil	100,0	69,8	30,2	18,7	6,5	5,0
Norte	100,0	59,7	40,3	21,7	9,3	9,2
Nordeste	100,0	53,9	46,1	24,8	12,0	9,3
Sudeste	100,0	76,7	23,3	16,2	4,1	2,9
Sul	100,0	81,3	18,7	13,3	3,3	2,1
Centro-Oeste	100,0	69,9	30,1	20,3	5,8	4,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de situação de segurança alimentar existente na unidade domiciliar.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 35.

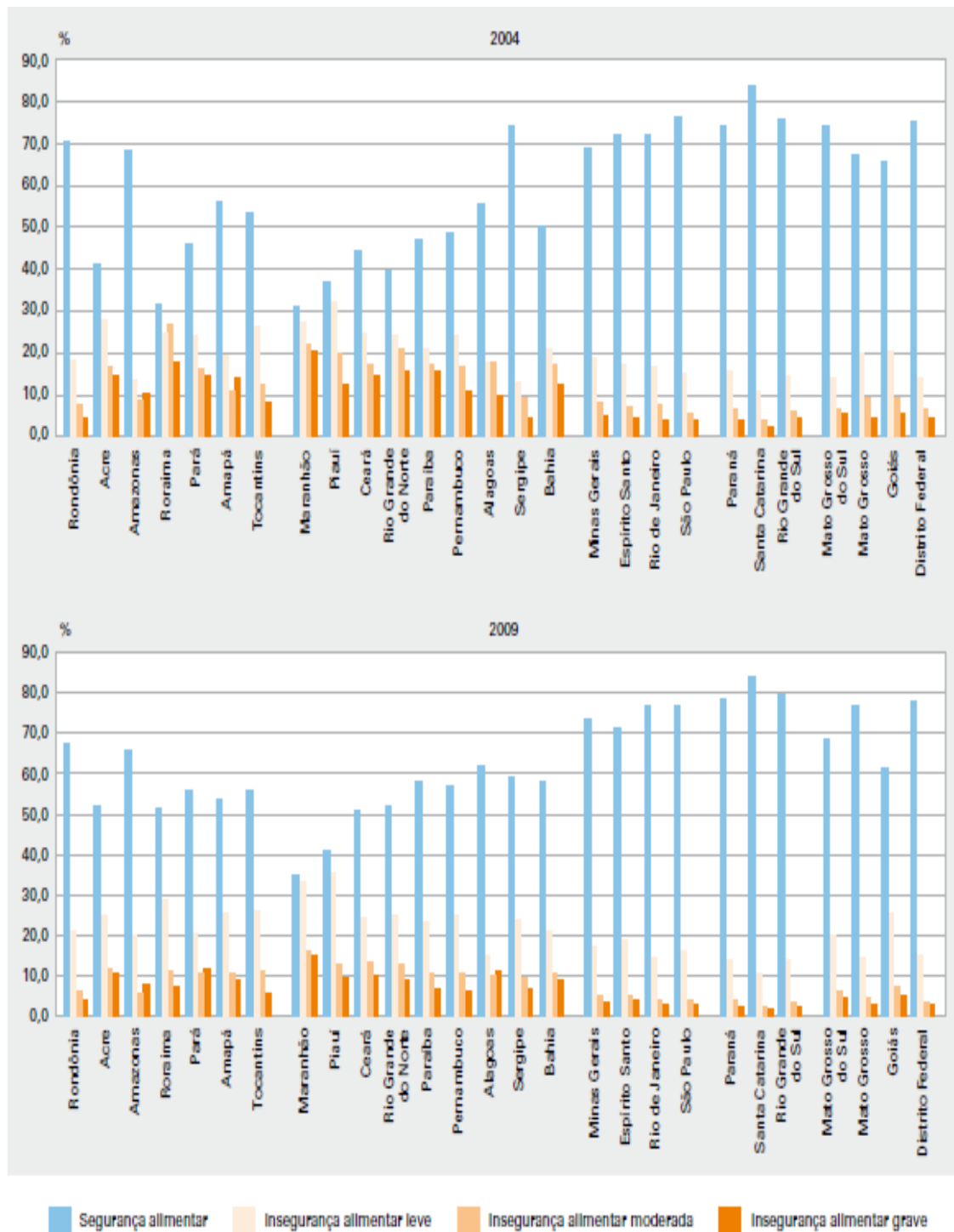
Gráfico 1. Percentual de domicílios particulares por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões – 2004/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 36.

Gráfico 2. Prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação - 2004/2009.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. p. 37.

Tal exercício analítico tem a intenção de demonstrar como propostas tão diferentes podem ser aliadas para a configuração de informações relevantes à delimitação das manifestações carenciais na alimentação brasileira. Josué de Castro em sua definição das áreas de fome permite que dados estatísticos sejam absorvidos no entendimento da incidência de carências alimentares, podendo ser aplicadas em escalas variadas, uma vez que o efetivo demográfico é o único fator de diferenciação espacial.

Algumas ressalvas devem ser levantadas, indicando as limitações da interpretação apresentada: a abordagem utilizada pela PNAD é a amostral e, conseqüentemente, as informações publicadas em relação à insegurança alimentar referem-se aos domicílios entrevistados, num esforço representativo das condições gerais; a pesquisa baseou-se em um período de três meses, tanto em 2004, quanto em 2009, portanto não foi possível realizar qualquer distinção por meio da aplicação dos conceitos de fome endêmica ou epidêmica; como a compilação dos dados foi realizada nas escalas regional e estadual, não há meios de enxergar as carências além dos limites políticos, enrijecendo a interpretação.

De acordo com Jean Ziegler (2013), Josué de Castro:

Demonstrou quem a fome derivava de políticas conduzidas pelos homens e que ela poderia ser vencida, eliminada, pelos homens. Nenhuma fatalidade preside o massacre. Trata-se de pesquisar suas causas e combatê-las (ZIEGLER, 2013, p. 112).

Prosseguem-se as discussões sobre as origens da fome, assim como de sua natureza social, econômica, política e espacial. As interpretações são desenvolvidas de formas diferentes entre os estudos, porém a fundação conceitual de Josué de Castro ainda fornece subsídios de grande valia. Ribeiro Júnior (2008) buscou entender a fome no contexto urbano; compreender a perpetuação da fome e da miséria na vida cotidiana por meio de uma análise a partir da teoria das necessidades, rompendo com a noção atrelada unicamente à oferta e demanda dos alimentos. Maria Leidiana Mendes de Oliveira (2013) entende a fome enquanto um fator fundamentado em um processo histórico complexo, cuja configuração atual encontra-se pautada na globalização. Sua explicação da fome enquanto expressão da desigualdade sócio espacial ganha força em uma análise estrutural. Rui Ribeiro de Campos (2004) analisa a obra

de Josué de Castro, ressaltando sua importância dentro da evolução da Geografia no Brasil, assim como faz Antônio Alfredo Teles de Carvalho (2007). O fato é que Josué de Castro abriu as portas para que todos esses autores realizassem considerações sobre o tema ao tornar a fome discutível cientificamente.

A PNAD 2004-2009, por estar fundamentada na SAN, não disponibiliza informações suficientes para que se desenvolvam considerações sobre os tipos de fome apresentados em cada unidade domiciliar. A fome é restrita no interior da SAN; não se pode realizar qualquer tipo de análise que transcenda o fator renda ou o período em que foi promovida a pesquisa. A fome parcial, aquela realmente perigosa segundo Josué, permanece imperceptível e não é possível discernir se há condições que indiquem endemias ou epidemias de fome.

É imprescindível que discussão sobre as causas e repercussões da fome seja vinculada a estudos específicos sobre a incidência da fome, enquanto fato social e espacialmente manifesto, de um modo que a riqueza explicativa contida nos conceitos formulados por Josué de Castro contribua para o entendimento da configuração expressa nas mais diversas escalas de análise.

Ribeiro Júnior (2008) alerta para o “esvaziamento” do conceito de fome pela utilização de outros conceitos, como de desnutrição e subnutrição. Tendência que no lugar de exaltar a importância do rompimento do tabu proposta por Josué, acaba por suavizar os debates sobre a alimentação.

Entendemos que esta crítica pode ser estendida para o conceito de segurança alimentar. Esse conceito, cujo viés é muito mais técnico-administrativo, não traz a mesma potência e radicalidade do conceito de fome, se constituindo como outra forma de suavizar a radicalidade do fenômeno (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 31).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Josué de Castro apresenta uma acuidade conceitual que não se restringe ao momento histórico em que seus escritos foram desenvolvidos. Os conceitos de fome individual, fome coletiva, fome total, fome parcial ou oculta, fome endêmica, fome epidêmica e áreas de fome ainda possuem um grande potencial analítico no contexto atual, podendo ser desenvolvidos e explorados pela Geografia. No entanto, conforme aponta Antônio Alfredo Teles de Carvalho (2007),

[...] através da literatura mais recente, pode-se perceber que a despeito da sua atualidade, a fome tem estado cada vez mais distante da geografia, pouco sendo estudada pelos geógrafos nos últimos decênios (CARVALHO, 2007, p. 107).

Tal percepção não fica restrita ao autor mencionado. Foi observado na obra de vários autores um recorrente clamor pela reincorporação da fome pelo conhecimento geográfico e, sobretudo, da obra de Josué de Castro, enquanto geógrafo pioneiro em seu estudo, que consagrou a fome no interior do saber científico. Manter Josué em pauta na Geografia é fundamental e este estudo foi redigido com essa finalidade.

Uma vez relacionadas com o conceito de SAN e suas derivações, tal como foram apontadas pela PNAD 2004-2009, as proposições de Josué de Castro sofrem aproximações e distanciamentos. As primeiras são percebidas quando se aborda o fator renda na configuração de circunstâncias sociais e econômicas que resultam em condições alimentares onde manifestações carenciais são notadas, assim como na importância dada para a ideia de um projeto de desenvolvimento socioeconômico nacional e, conseqüentemente, para a ação do Estado na superação do problema da alimentação. As segundas encontram-se vinculadas essencialmente à definição de fome. Enquanto a PNAD 2004-2009 aborda única e exclusivamente a fome enquanto circunstância em que as condições de acesso aos alimentos são mediadas pelo dinheiro e, por conseguinte, pela renda *per capita* em cada domicílio, cuja observação pode ser promovida a partir de uma periodicidade diária, Josué apresenta uma conceituação mais abrangente. Em seu entendimento a fome

vai além do acesso pelo dinheiro ou do período em que se estabelece, podendo ser tratada em suas mais variadas formas.

É necessário que estudos mais aprofundados sobre as carências nutricionais em diversas escalas de análise sejam realizados para que se possa compreender efetivamente a incidência da fome na população brasileira atual. Para tal, a SAN, apesar de possuir uma definição extremamente ampla, demonstra estar deveras atrelada a embasamentos teóricos e produção de informações para utilização do Estado, assumindo assim um caráter tecnocrático que impede a evolução da discussão da fome e suas especificidades, conforme a abordagem do geógrafo pernambucano. Assim, a fome permanece velada, pois suas características íntimas não são pesquisadas, impossibilitando que se compreenda a real extensão de sua manifestação. Não se trata de promover um rompimento com os avanços realizados ao longo das últimas décadas, que minimizaram significativamente a fome e a miséria em âmbito nacional, mas de preocupar-se com os nuances da fome, sobre os quais alertava Josué de Castro, afinal, a percepção da presença ou ausência de carências nutricionais deriva justamente dessa preocupação.

A relevância da discussão de SAN e fome é demonstrada nesse sentido, pois evidencia as sutilezas que aquela deixa passar, negligenciando a compreensão real da incidência desta sobre a população, assim como o teor das manifestações que assume. O exercício analítico realizado na discussão dos conceitos demonstra essa circunstância. Não basta delimitar as áreas de fome, é preciso também entender qual tipo de fome ocorre nas mais diversas escalas, assim como é imprescindível a determinação das causas da fome. Discutir e explorar as causas e expressões sociais e espaciais da fome, ampliando e aprofundando o entendimento que se tem do tema, é indispensável para a superação do problema, sentido primordial dos estudos de Josué de Castro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, Patrus. Prefácio. In: **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 9-12.

ANDRADE, Manuel Correia de. Uma releitura crítica de Josué de Castro. In: **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 73-82.

BELIK, Walter. A medida da pobreza. In: **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 32-34.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A dimensão populacional na obra de Josué de Castro**. 2004. 430 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/>>. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil**. 2007. 119 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro, brasileiro e nordestino. In: **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 107-109.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

COSTA, Christiane Gasparini Araújo. **Segurança Alimentar e Nutricional: significados e apropriações**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Apresentação – Josué de Castro, fome de justiça. In: **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 9-20.

FREI BETTO. A fome como questão política. In: **Fome Zero: textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 21-31.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança alimentar 2004/2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. p. 188. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

LAVINAS, Lena. Introdução. In: LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique. **Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipea, 2004, p. 31-40.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique. **Programas sociais de combate à fome: o legado dos anos de estabilização econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipea, 2004.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Biografia. In: **Josué de Castro: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 21-25.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MANCUSO, Ana Maria Cervato. Prefácio. In: **Segurança Alimentar e Nutricional: significados e apropriações**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011, p. 13-14.

OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de. **Geografia da fome: a expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira**. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. Josué de Castro e a geografia da fome. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 29-30.

SOARES, José Arlindo. Josué de Castro e o mundo: desconhecimentos e reconhecimentos. In: **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 7-10.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.